

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0002/AM/13, de 30/04/2013

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição Freitas Anastácio, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota, José Maria Gonçalves Neves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / Resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades Legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre garantia bancária no montante de €1.00,00 a favor da E.P. – Estradas de Portugal – Autorização para assunção de compromissos para exercícios seguintes;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre garantia bancária no montante de €5.357,11 a favorda E.P. – Estradas de Portugal – Autorização para assunção de compromissos para exercícios seguintes;

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município - Revisão;

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de ocupação do espaço público, mobiliário urbano e publicidade - revisão;

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento municipal da urbanização e edificação – Revisão;

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de atividade comercial e de serviços – Revisão;



Ponto 2.8 – Apreciação do parecer do auditor externo, ao abrigo da alínea e) do nº3 do art.º 48.º da Lei nº.2/2007, de 15 de janeiro;

Ponto 2.9 – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2012;

Ponto 2.10 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de gestão e prestação de contas individuais e consolidadas – Ano 2012.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr. Paula Silva, Dr. Adelino Mendes, Dr. Carlos Lopes.

Presidiu à sessão José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Cristina Portela Fragoso e Américo Ferreira que apresentaram pedido de justificação para as suas faltas, as quais foram, de imediato, justificadas pela Mesa.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou ter recebido um pedido de suspensão de mandato de Andreia Sofia Pinheiro Marques, o qual foi aprovado por unanimidade. Encontrando-se na sala o cidadão imediatamente a seguir nas listas do PSD, Anézio Gonçalves Ferreira, foi o mesmo chamado a ocupar o seu lugar.

Mais informou que também o membro da bancada do Partido Socialista, Armindo Lopes Carolino, pediu suspensão de mandato, aprovado por unanimidade, tendo sido chamado a substitui-lo o cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, João Pedro Gonçalves, o qual, estando presente na sala, foi chamada a ocupar o seu lugar.

Informou ainda ter recebido os seguintes pedidos de substituição:

De Eliana Jorge Cordeiro Varalonga e de Fernando Daniel Lopes Carolino, tendo sido chamados a substitui-los os cidadãos imediatamente a seguir nas respectivas listas, Nuno Filipe Agostinho Carrasqueira e Elisabete Maria dos Santos Alves, respectivamente, os quais estando presentes na sala, foram chamados a ocupar o seu lugar.

Informou também que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cã, Jorge Gameiro da Silva, por se encontrar impossibilitado de comparecer à sessão, se fez substituir pela Secretária da junta de Freguesia, Dra. Maria José Marques.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura da ata da última sessão da Assembleia, uma vez que todos os membros a receberam atempadamente.

Colocada a ata de fevereiro a discussão, inscreveram-se os membros da Assembleia Jorge Cordeiro, João Coucelo, Edite Santos e Vítor Gomes, que solicitaram alterações de pormenor à ata as quais foram de imediato introduzidas.



O membro Tiago Galvão, pediu a palavra para dizer o seguinte:

"Gostaria de fazer aqui alguns reparos, pois a ata que nos foi apresentada não representa, na íntegra, o que se passou na última sessão da Assembleia Municipal.

No ponto 2.2 da ordem de trabalhos da assembleia de 27/02/2013, eu próprio fiz um Ponto de Ordem à Mesa, atendendo a que o Deputado Pedro Brilhante, na sua intervenção, estava a responder à minha intervenção no período de antes da ordem do dia, e isto não consta. Eu ouvi a gravação e posso depois facultar toda a transcrição.

Esse ponto de ordem foi ignorado, na altura pela Mesa da Assembleia que me mandou silenciar, para que o discurso do deputado Pedro Brilhante pudesse prosseguir, apesar de estar completamente deslocado do ponto em discussão e de ser claramente uma resposta à minha intervenção feita num ponto já ultrapassado antes da ordem dos trabalhos.

Na ata que nos foi apresentada não constam as declarações do deputado Pedro Brilhante na sua totalidade, nem as minhas, nem constam as afirmações do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, como não consta o meu Ponto de Ordem à Mesa, como já referi.

Na ultima sessão da Assembleia assistimos também a alguns comportamentos, e isto devia ser expresso na ata, - por isso é que eu estou a falar neste ponto -, comportamentos autoritários e irregulares, do meu ponto de vista, mais uma vez, por parte da Mesa deste digníssimo órgão, que colocam em causa a sua imparcialidade.

No período antes da ordem do dia, o deputado Pedro Brilhante, pediu a palavra, que lhe foi negada sem qualquer justificação legal ou regulamentar, quero lembrar o que diz o regimento sobre o pedido da palavra antes do período de antes da ordem do dia, que se pode ler no anexo A e que refere que apenas se divide a totalidade do tempo pelas bancadas, e não a quantidade de intervenções que se faz por bancada.

No meu entendimento, quando o deputado Pedro Brilhante chegou, pediu a palavra, a palavra dever-lhe-ia ter sido entregue, uma vez que a bancada do PSD ainda tinha tempo para fazer intervenções, e deveria ser articulado pela bancada, e não ter havido intervenção por parte da mesa. Esta é a minha leitura do Regimento e do acontecimento que presenciámos na última Assembleia.

Do meu ponto de vista, se este tempo está atribuído num todo pelas bancadas, cabe às bancadas gerir o tempo, e não à Mesa, de forma que bem entendam, não podendo a Mesa impedir quaisquer intervenções regulares e legais enquanto restar tempo à bancada para as fazer, até ao términus do período de antes da ordem do dia.

Depois seguiu-se a intervenção do Presidente de Junta, Eng.º Rodrigues Marques, que está explanada na ata como deve ser. Tudo isto se pode ouvir, alto e bom som, na gravação da sessão da assembleia de fevereiro de 2013.

No entanto, a ata em análise, no meu entender, omite e manipula os factos que ocorreram na sessão, na medida em que a democraticidade e a pluralidade deste órgão estão a ser feridas com gravidade.

Irei votar contra este documento que não é a verdadeira ata, repudiando este tipo de comportamento por parte da Mesa da Assembleia Municipal de Pombal.

Mais informo que após a votação apresentarei uma declaração de voto oralmente e por escrito, com a transcrição integral, do que foi efetivamente dito no ponto 2.2 da ordem de trabalhos da sessão da última Assembleia Municipal."

De seguida Pedro Brilhante esclarece o reparo feito por Tiago Galvão, dizendo a seguinte:

"Só um pequeno esclarecimento, já que o Tiago tocou no assunto aqui da ata. No que se refere às minhas declarações e só às minhas declarações, penso que estão transcritas na íntegra aquilo que



eu pude dizer após me ser sido interrompida a palavra com uso ilícito de métodos que não estão consagrados naquilo que são as reais execuções de um deputado municipal, ou seja, o corte da palavra foi feito ilicitamente, pelo meu colega Tiago Galvão e portanto a partir dai e pelas razões que descrevo a seguir e que estão esplanadas na ata, obviamente que prescindi da palavra.

Portanto, no que se refere as minhas declarações, estão na íntegra."

Antes de ser colocada a ata à votação, o Presidente da Assembleia fez uma breve consideração, que diz o seguinte:

"Já tinha dito, a vários elementos, que era muito difícil recolher todos os dados que estavam gravados.

O Senhor Tiago Galvão, vai fazer o favor de fornecer à mesa todo o material de que dispõe para que nós possamos ter acesso a material de melhor qualidade, assim espero.

Também quero deixar-lhe aqui um aviso. Eu sei, que o Senhor Tiago Galvão, tem um contencioso com a Mesa, tenha paciência, leve a legislatura até ao fim, de qualquer maneira deixe que a Mesa ouça a opinião dos outros elementos todos, que democraticamente também se querem expressar, porque em democracia, que é disso que estamos a falar, não somos donos só da nossa verdade, a nossa verdade não é única, acredite.

Quero dizer-lhe que enquanto executar esta função reservo para mim o direito de intervir logo a seguir à intervenção de qualquer elemento e não somente após a discussão do ponto em questão, para bem da ordem da Assembleia."

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções e um voto contra.

De seguida apresentaram declaração de voto:

Tiago Galvão, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Votei contra a ata da última sessão da Assembleia Municipal pelo facto de a mesma não evidenciar o que se passou na última sessão da Assembleia Municipal, pois na ata, no final do 3º parágrafo da intervenção do deputado Pedro Brilhante, a seguir à afirmação "Temos de facto proposto ideias, estratégias" deverá constar o seguinte: "..., como bem descreveste na tua intervenção Tiago, ...", neste momento Tiago Galvão pediu a palavra para dizer: "Quero pedir um ponto de ordem à mesa.", Pedro Brilhante continuo dizendo: "Tiago, isso já é falta de educação, rapaz...".

O Senhor Presidente da Assembleia, dirigindo-se ao deputado Pedro Brilhante disse: "Faz favor de continuar, está em discussão o Ponto 2.2, referente às grandes opções do plano."

Em simultâneo, o deputado Pedro Brilhante disse: " Muito obrigado Senhor Presidente. Agradecia que não fosse interrompido novamente, Tiago. Referente às grandes opções do plano, aquelas que estão e as que não estão por opção."

O senhor Presidente da Assembleia, dirigindo-se ao deputado Pedro Brilhante disse: "Faz favor de continuar a falar.", o deputado Pedro Brilhante disse: "as que estão e as que não estão por opção."

O senhor Presidente da Assembleia, dirigindo-se ao deputado Pedro Brilhante disse "Pedro Brilhante, continue por favor.", o deputado Pedro Brilhante disse: "Temos noção de democracia e dos timing políticos, ainda há um longo percurso a percorrer e nós iremos percorre-lo com toda a certeza. Mas caro amigo Tiago, falar de um nicho de ensino superior, como resposta a uma saída para a crise", nesta altura a intervenção foi interrompida por Tiago Galvão, tendo o Presidente da Assembleia respondido: "Neste momento, neste momento, estão a proporcionar a incompatibilidade do funcionamento da Assembleia e eu faço tomar a decisão ou de interromper



ou de mandar sair alguns elementos da Assembleia. Pedro Brilhante, por favor cinja-se ao tema e continue a falar. O restante, é exatamente como está!"

Edite Santos apresentou a seguinte declaração de voto:

"Quero dizer que os deputados municipais da bancada do Partido Socialista que votaram pela abstenção, tem a ver com o facto de estarmos solidários com o nosso colega de bancada Tiago Galvão.

E já agora se me permite um á parte, queria dizer ao Senhor Presidente que não é pelo facto de nós nos irritarmos como muita gente que se encontra nesta Assembleia que perdemos a compostura."

Nuno Carrasqueira, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Justifico a minha abstenção com o facto de não ter estado presente na sessão anterior em virtude de esta ser a minha primeira Assembleia."

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter recebido, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o Relatório de Atividades de 2012, os Relatórios relativos ao Movimento processual do mesmo ano e ainda o Plano de Atividades para o ano 2013;

Referiu ter recebido um convite da Junta de Freguesia de Vermoil para o debate sobre "O futuro da educação em Vermoil" que decorreu a 20 de abril;

Informou ainda, ter recebido informação sobre a colheita de sangue efectuada no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Pombal, no dia 1 de abril, que será repetida ainda no corrente ano;

Acrescentou que os documentos supra mencionados ficam à disposição dos membros da Assembleia.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade

Nesta altura, foi entregue na Mesa, pelo membro **Pedro Santos da Bancada do PS**, uma proposta/requerimento do seguinte teor:

"No seguimento do parecer desfavorável à agregação de freguesias no Concelho de Pombal, emitido por esta Assembleia no passado dia 14 de outubro de 2012, nos termos previstos na Lei 22/2012 do Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;

No seguimento das contínuas críticas e manifestações das freguesias do nosso concelho e do país contra esta reforma que diminui a eficiência dos serviços públicos e enfraquece a coesão territorial;

Na sequência da publicação da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que agrega freguesias contra a vontade das suas populações, com critérios puramente arbitrários;

No seguimento da demissão e consequente mudança do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentos, responsável pela concepção da reforma administrativa nacional, que levou à redução de 1.165 freguesias;

No seguimento da entrega, por parte das quatro freguesias do concelho de Pombal agregadas por decisão da Assembleia da República, de uma Providência Cautelar de Suspensão de Eficácia do Ato Administrativo de Criação da "União das freguesias de Santiago de Litém, São Simão de Litém e Albergaria dos Doze" e da "União das freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, a Assembleia Municipal de Pombal, reunida no dia 30 de Abril de 2013, delibera:



- Solicitar aos diversos partidos políticos com assento na Assembleia da República, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, a suspensão e revogação do «Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica», aprovado pela Lei 22/2012, de 30 de maio, e da Lei da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei 11-A/2013, de 28 de Janeiro).
- Remeter esta deliberação à Senhora Presidente da Assembleia da República e aos Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Pombal, 30 de abril de 2013."

Colocada a votação, foi aceite, por unanimidade, tendo-se passado, de imediato, à discussão da mesma, tendo-se inscrito:

Pedro Brilhante, que fez a seguinte intervenção:

"Só para comunicar a minha intenção de voto, ou seja, votarei contra esta proposta.

Numa altura em que as pessoas já sofreram o suficiente e que esta situação já desgastou demasiado a população.

Quando sabemos que este é um assunto que se encontra num ponto sem retorno e que, efectivamente, temos que começar a olhar para esta situação como uma perspetiva positiva e de desenvolvimento das nossas comunidades e que, de facto, este é o caminho que há que seguir, é de lamentar que se continue a insistir neste tipo de assuntos, que se continue a tentar dar às populações uma esperança que não existe e que só vai causar mais sofrimento.

Tratar destes assuntos, nesta altura, é uma clara perda de tempo. Acho lamentável. É a minha opinião."

Rodrigues Marques, que disse o seguinte:

"Eu fui um dos mosqueteiros que foi aos sábios conselheiros do Supremo Tribunal Administrativo. Sabia que as coisas não iam ser como nós as imaginávamos. Agora entendo que o Partido Socialista aproveite um sentimento de fragilidade de quatro freguesias para fazer demagogia pura e dura.

Quando o Pedro Santos andava aqui a distribuir o convite para as comemorações do XX aniversário da elevação do Louriçal a Vila, perguntei-lhe quem é que tinha feito o requerimento que, como sabem, não tem discussão e, por esse motivo foi transformado em proposta, de maneira a que pudesse ser discutido. O Pedro Santos respondeu-me que foi ele mas permitam-me duvidar porque o Pedro é uma alma pura e portanto não ia por este caminho.

Assim, eu para além de ir votar contra, protesto pelo facto do Partido Socialista usar a fragilidade das populações para fazer o seu "show", que não conduz a nada."

António Fernandes, que usou da palavra como se segue:

"Eu nem sequer previa que este assunto podia vir mas veio, e eu acho que a proposta deve ser votada favoravelmente.

Eu estou aqui como Presidente da Junta, não sou político profissional, tenho que defender as pessoas da minha freguesia, eu sei que elas não querem a agregação e por isso devo votar favoravelmente esta proposta.

Acho que os elementos desta Assembleia também a devem votar favoravelmente, até porque os protagonistas desta Lei já se foram embora, portanto, se a Lei também fosse embora não se perdia nada.

Se esta Assembleia votar contra e não votar favoravelmente, quem se vai embora da Assembleia sou eu, porque não estou aqui a fazer nada. Acho que represento melhor as pessoas da minha terra se o fizer."

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:



"Eu vou tentar ser o mais explícito possível sobre este requerimento que transformámos em proposta e o termo, transformado em proposta, significa que, da parte desta Bancada, houve claramente uma postura democrática relativamente àquilo que o Partido Socialista fez nesta Assembleia, ou seja, era fácil dizer: "acabou-se, é um requerimento, a Assembleia não o admite". No fundo via-se que isto era uma proposta. Uma proposta que vem remexer de alguma forma em algo que já foi aqui tratado, com argumentos que não colhem e, deixem-me dizer que, mesmo que eu considere que esta Lei da Reorganização Administrativa do País não está bem feita, que não está, os protagonistas são os mesmos, o Partido que está no Governo é exatamente o mesmo, só saiu o Ministro e que eu saiba, por ter saído um Ministro, não houve uma mudança de politica do governo relativamente a esta matéria.

A ANAFRE já se pronunciou sobre isto, já se fizeram as movimentações autárquicas deste país, houve quem votasse favoravelmente em inúmeras Assembleias Municipais a agregação e fusão de freguesias, que estão feitas sem a oposição das populações.

Neste momento, e eu compreendo o António Fernandes, ir buscar uma proposta e apresentá-la aqui para colher naturalmente dividendos políticos, com uma argumentação que no meu entender não pode colher, nesta altura, de maneira alguma. As freguesias mexeram-se e, muito bem, apresentaram providências cautelares.

Houve movimentos no sentido de alterar pressupostos da lei, mas a própria Associação Nacional de Municípios não o conseguiu, nos aspetos mais nocivos e mais negativos.

Portanto, neste momento, o que quero dizer é o seguinte: Tudo deve ser discutido, todas as opiniões sobre este assunto são de respeitar, muito mais quando sabemos que isto é uma situação claramente imperfeita e que causou dano nas populações, muitas vezes não completamente esclarecidas e com o direito de se indignarem, é perfeitamente legítimo, e todos nós sabemos que há nesta lei iniquidades a ponto de ser pacífica nalgumas regiões do País, sobretudo nos centros urbanos, e não o ser nas áreas rurais sobretudo com critérios, como no caso de Pombal, até certo ponto, aleatórios.

Portanto, o Partido Social Democrático e esta Bancada, pode e deve discutir, pode e deve apresentar as suas diferenças se assim o entender, porque não falamos todos pela cabeça do mesmo, todos nós temos o direito de ter posições diferentes nesta matéria, dentro dos Partidos há posições diferentes, houve Assembleias Municipais do PS que votaram favoravelmente a agregação e que se dispuseram em fazer a agregação das freguesias e há Assembleias Municipais do PSD que votaram contra.

O que vos digo é que eu não voto esta proposta favoravelmente. De qualquer das formas esse é um direito que me assiste, tenho a minha opinião sobre este assunto e não vou embarcar numa questão que o Partido Socialista pôs neste momento e que não me parece que, por um lado tenha qualquer relevância prática e, por outro lado, acho que foi mais uma oportunidade para dividir as pessoas e a isso chama-se oportunismo."

André Coelho, que usou da palavra como se segue:

"Eu não consigo, neste momento, viver com grande alegria no meu País por um ponto muito simples: redundamos na teoria da inevitabilidade.

Eu não consigo viver em alegria quando para tudo e para mais alguma coisa alguém me responde que tem que ser assim. Tem que ser assim, não há discussão nenhuma sobre o assunto, mas tem que ser assim já está feito, faremos o que alguém decidiu por nós, mal decidido até pode ser mas não há discussão porque tem que ser assim e esta lei é uma manifestação dessa teoria da inevitabilidade imposta normalmente de fora, mas esta não foi imposta de fora, foi-nos vendida como tendo sido imposta por alguém de fora.



E depois, enquanto produto da Assembleia de Republica, porque advém de uma maioria parlamentar, parece que também não se pode discutir. Nem se pode discutir eventualmente a necessidade de ela ser mudada e alterada.

Ora, nós ainda temos uma missão a favor da política e da democracia aqui, nesta casa, se nós entendermos em relação a esta lei ou qualquer outra que há um grande desacordo e uma grande desadequação em relação á realidade, nós devemos manifestá-la e, se possível, devemos manifestá-la como contra e isso através do nosso Regimento e através de um papel escrito, porque mais tarde a História também será feita.

O Ministro dos Assuntos Parlamentares, quando saiu, disse que ia de consciência tranquila, que a História fará homenagem ao seu trabalho, terá dito ele por outras palavras. Pois muito bem, então que a História também faça a honra ao nosso trabalho aqui dentro.

Portanto, o Partido Socialista assume a sua responsabilidade. Não veio aqui com oportunismo, tem uma opinião concreta sobre um assunto e apresenta uma proposta concreta em relação a esse assunto.

Se porventura for chumbada, pois com certeza estamos cá democraticamente para aceitar o resultado dessa votação. Agora, perante uma Lei mal feita que cria as iniquidades que o Senhor Dr. João Coucelo apresentou, e muito bem, ao longo de todo o País, mas em particular em Pombal, e é do Concelho de Pombal que estamos a falar, não peçam ao Partido Socialista, o silêncio, não nos peçam o aceitar da teoria da inevitabilidade.

Já basta, enganaram-nos em muitas outras coisas, inclusive a partir da própria Assembleia da República, palavras do Senhor Presidente da Câmara e que, muitas vezes, refere os políticos incompetentes do Terreiro do Paço e não só. Pois muito bem, eu pego nessa deixa e devolvo dizendo: "Sim senhor, esta lei foi feita por gente incompetente, foi aceite por critérios oportunistas dentro dum partido da maioria parlamentar, dentro da coligação que faz hoje o Governo do nosso País" e assim sendo, cabe-me, enquanto responsável, pelo menos da parte das pessoas que votaram em mim para estar aqui, expressar aquela que é a vontade das pessoas que votaram nesta Bancada, e ela é clara, é de que mudemos a Lei, que ajustemos a Lei a uma necessidade e comecemos por onde deve começar, pelos Municípios e depois, se tiverem coragem de continuar, vão até às freguesias."

Odete Santos, que referiu o seguinte:

"Não me vou alongar muito nesta minha intervenção, de qualquer modo, deixar nota aqui do seguinte:

O que consta desta proposta não é nenhuma novidade, o Partido Socialista não tirou aqui nenhum coelho da cartola, portanto, não estamos aqui a falar nada de novo, estamos apenas aqui a reforçar aquilo que já dissemos anteriormente noutras sessões, a única novidade é, de facto, que houve aqui a demissão do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Dr. Miguel Relvas, que, na verdade, era aqui um bocado o pai desta Lei mal feita. É isto que nos leva agora, juntamente com aquilo que as populações também têm manifestado publicamente, que se encontram ainda a lutar, inclusivamente na justiça com providências cautelares, contestando, exactamente, esta lei mal feita.

Eu já disse aqui anteriormente e volto a dizer, as leis não são eternas, as leis estão sujeitas obviamente, ao longo da sua vida, a alterações, retificações, revisões, revogações, até podem ser revogações ou revisões parciais ou totais, não significa exatamente que esteja tudo mal feito mas, na verdade, no seu todo, a lei é por todos nós reconhecidamente uma lei mal feita, mal executada, que na prática vai gerar enormes dificuldades. Não há aqui qualquer tipo de oportunismo político, não há aqui qualquer tipo de demagogia, trata-se apenas de nos solidarizarmos com as populações



que ainda contestam esta medida e de fazer chegar ao mais alto nível possível, esta contestação

Portanto, eu votarei, obviamente, favoravelmente esta proposta. Mal não faz e todos juntos conseguiremos, certamente, fazer chegar o mais longe possível a nossa voz e a contestação das populações."

Pedro Santos, pediu a palavra para dizer o seguinte:

"Antes de mais eu queria dizer que o facto de eu ser puro, obrigada pelo elogio, não quer dizer que não tenha ideias próprias e que, se as tenho, não tente levá-las até ao fim.

Outra questão. Quando eu fiz este parecer, a minha ideia era a de ir ao encontro do que foi decidido na Assembleia de 14 de outubro de 2012, em que votámos desfavoravelmente e defendemos as freguesias que estavam contra esta lei.

Também estávamos a defender as Assembleias Extraordinárias que foram marcadas para efetuarem as providências cautelares e também estamos a ir de encontro ao último encontro da ANAFRE que também pediu á Assembleia da Republica a revogação das leis em questão."

João Coucelo, que invocou o Regimento para usar do direito de resposta, como se segue:

"Eu quero só dizer o seguinte: oportunidade tinha sido apresentar esta proposta há cinco meses atrás.

Quando eu disse oportunismos, eu não quero acusar ninguém pessoalmente, mas dizer que, neste momento, a própria ANAFRE, eu também frisei isso, já se movimentou e as pessoas têm-se movimentado.

A Assembleia Municipal de Pombal está agora aqui a fazer o papel de divisionista dentro da própria assembleia, porque vocês todos sabem que nós temos ideias muito diferentes sobre este assunto, mesmo dentro do próprio Partido há diferenças e, portanto, queria só responder-vos nestes termos, cada um votará de acordo com a sua consciência. Isso é que é democracia."

Colocada esta proposta a votação, foi a mesma reprovada com dezasseis votos contra, 15 votos a favor e onze abstenções.

Carlos Silva, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Eu votei contra esta proposta por várias razões mas vou aqui enumerar uma ou duas, para já comungo da ideia que o Dr. João Coucelo aqui apresentou, depois, embora não concorde com a maneira como a Lei foi feita, o timing da lei e todos os pormenores que já referi e com que não concordo, não tenho o direito de interferir junto das freguesias que livremente se agruparam, temos aqui alguns casos, e também não tenho o direito de agora ir interferir naquilo que fizeram livremente e de boa vontade."

António Fernandes, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Vou respeitar aquilo que disse inicialmente e pedir desculpa às pessoas que sempre me respeitaram e que tiveram consideração por mim e pela minha freguesia, boa tarde a todos." De seguida abandonou a sessão.

António Carrasqueira, apresentou a seguinte declaração de voto:

"É para dizer que os homens é que fazem as leis, os homens é que têm que as alterar.

Quem fez esta lei pode voltar atrás e fazer uma lei mais consensual. Comecem pelos Municípios e pelas freguesias citadinas. Esta lei pode ser revogada eu estou aqui de acordo com os meus colegas presidentes de juntas de freguesia e acho que devem lutar até ás últimas consequências porque voltar a cara ao combate é escolher a derrota.

Meus amigos, lutem porque "enquanto há vida há esperança", e isto é uma lei sem fundamento e quem a defende não sabe nada do que está a fazer."

Manuel António, apresentou a seguinte declaração de voto:



"O meu voto na abstenção é aquela situação em que, mais uma vez, esta proposta colocou os autarcas. Todos percebemos que esta lei nos divide, divide o país.

O parecer da Assembleia de Freguesia da Guia já apontava para algumas dificuldades que a lei trazia na sua concretização, no timing da mesma, mas a lei está ai.

Já chamei aqui atenção para o facto de que o tempo urge, nós estamos a caminhar drasticamente para a data das eleições autárquicas e toda esta divisão não ajuda em nada o processo que ai vem. A minha assembleia reunida na sexta-feira, discutiu esta temática e até foi votada uma proposta onde solicitava que viesse em sede própria, ou porque não aqui, apelar para uma rápida responsabilidade de todos para que pelo menos tentássemos alguns pontos de concórdia. A abstenção foi o sentido de voto de também respeitar, como já fiz na outra votação que tivemos na assembleia de outubro, e de tentarmos, a oeste, a concórdia possível no meio desta discórdia.

É importante que esta assembleia e os partidos compreendam que estamos a muito pouco espaço de tempo das eleições autárquicas, a muito pouco espaço de tempo da apresentação de listas e o cenário que se apresenta é realmente uma conflitualidade que as nossas populações não vão compreender, que ninguém vai compreender e onde ninguém vai ficar bem, nem aqueles que votaram a favor, nem os que votaram contra. Urge, sinceramente, ultrapassar esta questão e aceitar que a lei, por muito inócua que seja, não foi revogada.

Nós, aqui, com sinais destes, só andamos a alimentar uma esperança em vão, que só adia a possibilidade de nos sentarmos á mesa e começarmos a construir um futuro que, daqui a umas décadas, quem sabe, poderá ser diferente, mas que se apresenta, em 2013, a obrigação de irmos a votos e escolhermos quem vai dirigir estas freguesias que vão ser agregadas.

Acreditem que teria sido bonito ver a providência cautelar ser apresentada pelas seis freguesias e não por quatro, envolvermo-nos todos nesse processo, mas também como o Dr. João Coucelo dizia era há mais tempo. Nós tínhamos obrigação de ter discutido isto há mais tempo atrás, estamos a criar uma situação que é sufocante, quer para aqueles que por um lado compreendem este processo, quer para aqueles que não compreendem e a responsabilidade não é só do PSD, é também do PS."

Fernando Matias, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Eu queria deixar aqui uma declaração de voto em relação á minha abstenção. E a minha abstenção, para além da opinião que tenho - e quando se começou da falar desta matéria no nosso concelho, de facto, foi um politico que por acaso é do PS, que veio com pompa e circunstancia para o Correio de Pombal dizer que era a favor da agregação. Hoje está aqui o mesmo Partido a fazer o inverso.

Se isto, de facto, não é oportunismo político e o semear a confusão, chamem-lhe o que quiserem. Em 2005 entrei para a Junta e, quando sair, quero desempenhar o meu papel de forma digna e não andar aqui ao zig-zag conforme me dá jeito para preservar o poder."

Carlos Domingues, apresentou a seguinte declaração de voto:

"Também quero dizer, nesta assembleia, que votei favoravelmente a proposta do PS e fi-lo pelas mesmas razões que, numa assembleia em que apareceu aqui outra proposta, também o fiz, porque acho que não estava a ser honesto comigo e não estava a representar bem as pessoas da minha freguesia.

E é por isso mesmo que eu também votei a proposta do PS e não vi inconveniente nenhum que isto fosse aprovado.

Sabemos todos que era mais uma manifestação, era mais uma preocupação, era mais uma conversa e de certeza para nada, que é isso que eu já cheguei à conclusão.



Se calhar já é tempo de começar a falar de outra maneira, é a minha opinião e a minha maneira de ver. Estar aqui um ano a falar das mesmas coisas para criar confusão, envolver as pessoas que têm alguma responsabilidade nestes assuntos, acho que não é muito bom.

Pensei que com a ida a Lisboa e como foi indeferida a providência cautelar tinha terminado por aí, mas pelos jeitos ainda vamos ter muita conversa nos próximos seis meses.

Espero que tudo corra bem e que eu, pelo papel que tenho tido ultimamente, me sinta bem também neste papel."

O **Senhor Presidente da Assembleia** prosseguiu com as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

João Coelho, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"Procurando ser breve, dois pontos muito rápidos.

Estamos no mês de abril, celebrámos o 25 de abril ainda que com outras nuances, os 25 de abril já vivem na pluralidade, cada um goza o seu 25 de abril, enfim o original também deu essa liberdade das pessoas entenderam a manifestação do 25 de abril um pouco como a sua, e têm surgido casos curiosos, nomeadamente, nesta sala, na passada semana.

Eu queria começar por registar que nós fazemos a homenagem, através do Município, às pessoas que se distinguem profissionalmente e noutras áreas, nomeadamente, no desporto.

Eu queria dar nota do trabalho de elevada qualidade que alguns jornalistas pombalenses têm feito ao longo destes anos.

Eu, que termino brevemente a minha actividade politica em Pombal, não queria terminar sem antes prestar essa nota de concordância com esse trabalho, visto que tem sido reconhecido a nível nacional, quer na imprensa, quer na rádio e, portanto, fica essa nota da minha parte pessoal e também o desejo que o universo editorial e empresarial, em Pombal, consiga elevar-se em profissionalismo e em qualidade para abraçar este profissionais que tão precisos são para anunciarem o nosso trabalho, também aqui, se calhar, quando nós pensamos que eles levam aquilo que aqui é feito, deveríamos pensar também em fazer o nosso trabalho com outra qualidade e com outra ponderação.

Segundo ponto, muito breve, que é introduzir uma nota de rodapé na nossa discussão.

É importante nós conhecermos as opiniões políticas mas também as opiniões científicas. Trouxe um estudo da qualidade de vida dos Municípios, da autoria de três professores catedráticos, José Pires Manso, António Matos e Fátima Gonçalves, e que são dados conhecidos, podem encontrá-lo facilmente numa busca na Internet, pegando em dados dos anuários estatísticos, no Instituto Nacional de Estatística e passo a citar: "Pretendo a obtenção de dados credíveis e lógicos, de fácil interpretação, que permitam a discussão dos níveis de qualidade de vida e do desenvolvimento económico e social dos 308 Municípios." O resultado deste estudo feito em 2012, segue outros dois feitos em 2008, com resultados de 2004 e 2006. Eu queria só introduzir a evolução do concelho de Pombal e a posição relativa do Concelho.

Para perceber a evolução e a posição relativa de Pombal basta dizer que em 2004, neste estudo, Pombal posicionava-se na posição 127, em 2006 na posição 154 e agora, actualmente, na 165. Pombal está na última metade da tabela. À frente de Pombal, citando só o distrito de Leiria, estão Figueiró dos Vinhos, Marinha Grande, Nazaré, Leiria, Batalha, Alcobaça, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande sem nenhuma ordenação, atrás de nós estão quatro, Bombarral, Alvaiázere, Ansião e Porto de Mós, portanto estamos em quinto lugar a contar do fim, muito obrigado."

João Coucelo que fez a seguinte intervenção:



"Queria recordar que o 25 de abril foi comemorado nesta Câmara Municipal, mais uma vez e ainda bem que se comemorou, com intervenções partidárias, enfim, globalmente, foi uma manhã bem passada.

Eu não vou perguntar ao João onde é que ele estava no 25 de abril, mas eu estava lá e queria dizer-lhe que, realmente, eu partilho uma parte das suas preocupações.

A democracia exerce-se em qualquer parte do país, desejo-lhe muitas felicidades para onde for.

Queria dizer também que eu não acredito neste estudo porque também não conheço os critérios. Agora, qualidade de vida em Castanheira de Pêra? Ainda bem que há e que está à frente de Pombal, é muito bom sinal. Em Castanheira, em Pedrógão Grande, com certeza têm muita mais condições de vida as pessoas que lá estão do que as que vivem no concelho de Pombal!!! Eu não acredito nisso, peço imensa desculpa, mas com certeza, os doutos senhores professores elegeram critérios que são uniformes para todo o país e, portanto, nós temos esse quinto lugar a contar de baixo, no distrito de Leiria, mas temos um honroso primeiro lugar noutras coisas, também no distrito de Leiria.

De qualquer das formas, nós temos um festival de teatro a decorrer, vamos ter uma feira do livro, é importante perceber que há atividades culturais em Pombal e que são mais ou menos participadas, infelizmente, não tão participadas como nós gostaríamos, mas há oferta e eu espero que seja cada vez maior.

Tal como eu espero que nós discutamos seriamente, aqui em Pombal, aquilo que estamos a fazer em prol do futuro e que depois vamos analisar no principal documento do dia.

E há uma área em que eu, enfim, todos os anos falo. Tenho pena que o saneamento continue um pouco para trás, mas há uma obra importantíssima que é o abastecimento de água ao Concelho e, se nós olharmos para aquilo que tem acontecido nos últimos tempos com a contestação às Águas de Portugal, à prevista privatização das Águas de Portugal, depois de andarem a apregoar as Águas de Portugal como o melhor dos mundos no abastecimento de água aos Concelhos, nós sabemos a catástrofe que é aquela empresa. Pombal tem estado a fazer um esforço para ser autosuficiente, a investir alguns milhões para que, futuramente, nós tenhamos condições de fornecimento de água ao concelho de Pombal, e eu também queria felicitar a Câmara por isso.

Queria dizer que a democraticidade da Câmara também se vê na exposição sobre a vida e obra de Álvaro Cunhal, que decorre em espaço municipal. Eu tenho muitas dúvidas que alguma sede lhe concedesse, governada pelo Partido Comunista, uma exposição sobre a vida e obra de Sá Carneiro.

De qualquer das formas, isto é fazer um bocadinho a diferença, eu espero é que, para além destas questões meramente concelhias, o nosso País consiga dar o salto qualitativo, que não tem tido nos últimos tempos e que nós consigamos proteção social e emprego, para isso precisamos da dinamização da vida económica no País e, naturalmente, o nosso Concelho tem condições para que, se os incentivos vierem, nós consigamos melhorar a tal qualidade de vida que é melhor em Castanheira de Pêra e em Pedrógão Grande do que no nosso Concelho."

Odete Alves, que disse o seguinte:

"Lamento não ter estado logo na abertura desta Assembleia, porque tinha preparado uma pequena intervenção sobre a ata, também não o vou fazer agora uma vez que não estamos nesse ponto, pois terei oportunidade de debater esse assunto consigo, Senhor Presidente da Assembleia, até porque me tinha lançado esse desafio, na última Assembleia, para depois analisarmos a ata e ver quem, na verdade, tinha prevaricado aqui, quem é que tinha cometido atropelos legislativos.



De qualquer modo, neste ponto concreto, e até porque importa agilizar aqui um bocado os trabalhos, na ultima Assembleia Municipal tinha formulado algumas questões relacionadas com a tempestade do mês de janeiro, às quais ainda não havia uma resposta concreta.

Entretanto já decorreram três meses depois do sucedido, ainda há problemas para resolver, ainda há cabo eléctrico e fios de telefone para esticar, há poste caídos, ainda há zonas do concelho, principalmente na zona oeste, sem iluminação pública e ainda há árvores e biomassa por remover. Assim, aproveitamos esta assembleia e a presença do Senhor Presidente para questionar exatamente se, neste momento, já há um levantamento do valor dos prejuízos causados pelo temporal, se em face disso já há apoios ou se a Câmara já recebeu apoio para fazer face a tais prejuízos, ou se tem alguma prespetiva de valores para poder ajudar as pessoas que foram lesadas nessa situação.

Para além disso, perguntamos ainda se tem conhecimento, se já foram celebrados contratosprograma para recuperar as infra-estruturas criticas.

Aproveito também esta intervenção, para questionar o Senhor Presidente da Câmara, a propósito das obras de ampliação do Centro de Saúde de Pombal e também da ampliação da extensão do Centro de Saúde da Guia.

Como sabemos, em abril de 2011, há sensivelmente dois anos, foi celebrado com o anterior governo, entre a ARS do Centro e o Município, um acordo de cooperação para ampliação do Centro de Saúde de Pombal e também para ampliação da extensão de Saúde da Guia.

Sucede que o atual Governo, que tomou posse em junho de 2011, até ao momento não executou esse acordo de cooperação, adiando sucessivamente, não só este, mas também outros investimentos na área da saúde, designadamente a Unidade de Cuidados Continuados. Temos informação que recentemente, o Senhor Presidente anunciou que a Câmara tem condições financeiras para suportar os custos da obra que não forem ilegíveis, em termos de candidatura de financiamento.

Portanto a questão que se coloca, neste momento, é de saber exatamente se a Câmara conhece qual é a posição atual do Governo, se é uma posição definitiva? Se já tem alguma ideia daquilo que será a posição do Governo a propósito destas obras? E qual é o ponto de situação?"

Jorge Cordeiro, que fez a intervenção abaixo:

"Serei muito breve, até pelo adiantar da hora e, subscrevendo inteiramente aquilo que disse o Dr. João Coucelo, queria apenas criar uma pequena nota sobre as comemorações do 25 de abril, aqui em Pombal, e dar os parabéns à Câmara pela forma como soube acolher várias opiniões e vários discursos das forças politicas representadas no Parlamento. Isso faz-nos ver que é importante a democraticidade e a auscultação de outras opiniões.

Termino esta minha intervenção com uma frase de Voltaire que diz: "não concordo com o que dizes mas defenderei até à morte o direito de o dizeres."

Parabéns à Câmara pela iniciativa que teve no 25 de abril."

Tiago Galvão, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"No rescaldo das cheias de 2006, que assolaram o concelho de Pombal, foi elaborado estudo que previa a execução urgente de infra-estruturas que pudessem servir de prevenção a novas cheias. Quanto a este assunto, gostaria de saber quais as infra-estruturas já executadas e quais as que estão a ser executadas ou que estão previstas executar até ao fim do mandato.

Em março do presente ano, o concelho de Pombal foi novamente fustigado por cheias, afetando a zona do Açude e do rio Arunca, sendo esta obra recente, posterior às cheias de 2006, gostaria de colocar as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara:



Que estratégia construtiva - e eu aqui refiro-me ao objectivo - se foi puramente lúdico ou se teve outro objectivo a construção das novas infra-estruturas do rio Arunca, atendendo ao risco de cheias, claro?

Que cuidados tiveram no dimensionamento das referidas infra-estruturas desta zona, no que toca ao escoamento dos caudais superiores aos caudais de escoamento médio do rio Arunca?

Quais foram as infra-estruturas construídas no Açude do rio Arunca para prevenção de cheias, se existem quais dessas infra-estruturas estão mal dimensionadas?

Quais foram os estragos causados pelas cheias e quais os montantes financeiros calculados pelo Município, para a reposição dos mesmos?

As obras de regeneração urbana no Largo do Cardal já se encontram em execução. Gostaria de colocar algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto:

Como estão a decorrer os trabalhos?

A Bancada do Partido Socialista soube que houve contestação pública a estas obras. Quais os contactos que foram e estão a ser mantidos com a população e qual o retorno?

Que acompanhamento técnico está a ser realizado por parte da Câmara Municipal de Pombal? Qual o retorno destes acompanhamentos? Qual a data prevista para o fim dos trabalhos?"

Nuno Carrasqueira cuja intervenção se segue:

"É uma honra intervir pela primeira vez nesta Assembleia, numa altura em que a juventude pombalense vê serem dados passos importantes naquela que é uma das suas mais antigas pretensões. Falo da Casa da Juventude ou Espaço Jovem.

Nas últimas reuniões do Conselho Municipal de Juventude, tem sido discutida e trabalhada a transformação da Esplanada no Largo da Biblioteca Municipal no Espaço Jovem de Pombal, um espaço comum às várias associações juvenis do concelho, que será sem dúvida importante para o seu trabalho.

O facto de a Câmara Municipal estar hoje empenhada na execução desta proposta, vem provar que a JSD estava certa quando defendeu, por diversas vezes, nesta mesma Assembleia e noutros fóruns, a criação da Casa da Juventude.

Interpretamos esta proposta da Câmara como um voto de confiança no dinamismo juvenil do nosso Concelho e esperamos que este seja o primeiro passo para abrir novas portas para uma aposta ainda maior, com a concretização total da proposta da JSD, no futuro.

Realçamos que não é esta a nossa conceção de Casa da Juventude, na medida em que não permite levar a cabo várias actividades de interesse para a juventude, nem vem colmatar a falta de alojamento para jovens a baixo-custo, conforme consta da proposta da JSD, que encontra na Casa dos Varelas o espaço ideal para acolher uma Casa da Juventude com estas características e polivalência, mas saudamos a disponibilidade da Câmara Municipal para reconhecer, desde já, a necessidade de um espaço direcionado para os jovens e que sirva como promotor do associativismo juvenil no nosso concelho.

Com este espaço, as associações juvenis terão onde promover eventos de índole cultural, artística ou recreativa, terão um local onde podem reunir os seus associados, onde podem divulgar o seu trabalho e chegar assim a um maior número de jovens. Este será, no fundo, o espaço de referência para os jovens pombalenses, ao mesmo tempo que ajudará as associações juvenis, cedendo-lhes um espaço onde podem desenvolver actividades e que podem rentabilizar no sentido de ter receitas próprias.

Saudamos também a disponibilidade da Câmara Municipal para assumir a responsabilidade de ter um funcionário responsável pelo espaço, pois seria difícil, ou mesmo impossível para as associações assumirem esse compromisso, quer fosse através dos seus responsáveis quer fosse



através da contratação de um funcionário. Ainda assim, as associações juvenis terão um papel importante na gestão do espaço, uma vez que serão elas a compor a direcção permanente do mesmo, que articulará de perto com a Câmara Municipal na sua gestão. Entendemos que este é o modelo correcto, que envolve os jovens na gestão de um espaço que lhes é direcionado, pois são eles quem melhor saberá adaptar o espaço àquelas que são as suas necessidades.

Entendemos que a Loja Ponto JÁ deve também funcionar neste espaço, por uma questão de proximidade com os jovens, mas também porque desta forma será mais fácil a gestão de recursos humanos, que poderão ser comuns aos dois espaços.

Além de tudo isto, e agora falo também com uma experiência mais pessoal, é uma pretensão antiga da ADEPES, que sente essa necessidade junto dos estudantes do Ensino Superior, a disponibilização de um espaço que sirva de sala de estudo com horário alargado, uma vez que o horário da Biblioteca Municipal não se adapta às necessidades destes estudantes, principalmente em época de exames, que é quando os estudantes do Ensino Superior passam mais tempo em Pombal mas é também quando a Biblioteca nem sempre está aberta com o horário tão alargado, como é o resto do ano.

Espero que haja, da parte da Câmara Municipal, disponibilidade para ceder um outro espaço com este fim, como por exemplo o local que eventualmente ficará livre com a deslocalização da Loja Ponto JÁ, pois apesar de o Espaço Jovem ser sem dúvida muito importante, não reúne as características de uma sala de estudo.

Por fim, gostaria de salientar o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Conselho Municipal de Juventude, que sendo um órgão ainda muito recente no nosso município, começa já a mostrar trabalho e a provar que é uma mais-valia e um parceiro indispensável na definição das políticas de juventude.

Este é um momento importante na política juvenil pombalense. É um momento em que se prova que vale a pena defender aquilo em que acreditamos, que vale a pena fundamentar e apresentar as nossas propostas junto do poder político, que é possível ter-se razão antes do tempo, mas sobretudo, que é possível, com muito esforço, dedicação e competência fazer mais e melhor pelos jovens do nosso concelho. É por isto que a JSD é, com orgulho, o legitimo representante da juventude Pombalense."

Tiago Galvão, pediu a palavra para prestar o seguinte esclarecimento:

"Queria apenas prestar um esclarecimento à Assembleia, até como membro do Conselho Municipal da Juventude, poderá haver aqui confusão do deputado Nuno Carrasqueira. Não é Casa da Juventude, é Espaço da Juventude, que é muito diferente e não é o que está a ser tratado no Conselho Municipal da Juventude."

Vítor Gomes, que fez a intervenção seguinte:

"Como é sabido, este Executivo tem vindo sucessivamente a apresentar a esta Assembleia, rigor nas suas contas e pagamentos atempados a fornecedores.

Bom, não é isto que nos divide, o que nos divide são as opções de investimento feitas por este Executivo, que consideramos erradas.

Chegaram até nós declarações através das redes sociais, que nos dizem, que o município se prepara para nos apresentar um super habit orçamental elevado.

A fazer fé nestas declarações e a ser verdade, das duas uma, ou o Executivo já fez tudo o que tinha a fazer e não necessita de aplicar dinheiro em obras, e portanto deveria reduzir a carga fiscal dos cidadãos, sobretudo nesta época tão difícil para todos, ou então planeia mal o seus investimentos e não serve os seus munícipes como deveria.



A nós parece-nos que aqui está o problema maior. Um Concelho que se diz de charneira e que ao fim de 20 anos, no cumprimento de vários mandatos, nos deixa como herança concelhia, em muitos aspectos, miserável, uma taxa inferior a 50% na cobertura de rede de saneamento básico, com aldeias rurais sem asfaltagem, os parques verdes que estão prometidos e nenhum executado.

Até o corredor ribeirinho ainda não terminado, à primeira intempérie, parte dele foi-se tirando a obra de engenharia deste Executivo, para não falar das rampas suspensas sobre o rio construídas sem as mais elementares regras de segurança para os utilizadores, sobretudo se forem crianças.

O Concelho continua a permitir que os mesmos de sempre continuem a poluir os seus cursos de água, porque não conseguem eliminar uma sucata ilegal.

Meus senhores, estamos no segundo decénio do século XXI e já não devíamos estar a falar disto e não representa nenhum motivo de orgulho para ninguém.

Também na economia verificamos que nada se faz, não se criam incentivos à industrialização do concelho, não se criam novas indústrias e sem elas não há nem empreendedores nem emprego.

Os nossos filhos, como não têm pais Presidentes de Câmara, são obrigados a fazer o que nos diz este governo, emigrar.

Pelo que tenho dito, até parece que tenho estado a falar de um concelho pobre, onde não há dinheiro para construir o básico, para assegurar a satisfação dos seus munícipes. Mas não, neste concelho charneira há, ou tem havido, dezenas senão centenas de milhões de euros para aplicar naquilo que nenhum, ou quase nenhum retorno e benefício trazem para as suas populações, senão vejamos: Qual o retorno que nos dá a Quinta de Sant'Ana da Redinha, o parque subterrâneo do centro histórico, a pista de aeromodelismo do Casalinho, o edifício Varela, os milhões de euros atribuídos a associações com actividade, sem qualquer critério, a não ser, na maioria dos casos, a caca ao voto.

Para quantos quilómetros de saneamento básico dava só o dinheiro que aqui é tão mal aplicado.

Ouvi dizer que este município paga vencimentos a cinco vereadores e não paga a seis, porque um deles se escapuliu para um emprego mais bem remunerado, é disto que nós falamos.

E já agora Senhor Presidente da Câmara, eu gostava de lhe perguntar se é verdade que este Município paga vencimento a dois Presidentes de Câmara? Gostava de obter esta resposta, para eu próprio não ficar com dúvidas.

É isto que nos separa, acima de tudo e de todos os egos, deve estar serviço público e a procura de satisfação e as necessidades básicas dos nossos concidadãos.

São eles que, com os impostos, suportam as estruturas que nos devem servir e o que verificamos é que em que caso excessivos o município não tem sabido estar a altura dos cidadãos que representa ou devia representar, muito obrigado."

Pedro Brilhante, pediu a palavra para citar o seguinte:

"Minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar gostaria de salientar o enorme orgulho com que a JSD hoje se apresenta, mais uma vez, perante esta Assembleia. Orgulho pelo tema que hoje trazemos à discussão, pelo consenso que já conseguimos criar em torno desta mesma temática, por sabermos a importância e impacto que terá, ou poderá ter, no futuro do nosso Concelho e da forma como olhamos para ele. No fundo, orgulho no trabalho realizado e na certeza que é na apresentação de propostas que se constrói o debate e que, verdadeiramente, beneficia as populações. Desse, caros colegas deputados, não abdicamos.

Dito isto, comunico a esta Assembleia que, no passado dia 27 de abril, a direção da JSD apresentou numa tertúlia, com a participação de alguns especialistas e com a presença de vários representantes dos órgãos políticos envolvidos, a proposta que prevê a criação de um GEOPARQUE, na região denominada do Maciço de Sicó, área de uma vasta riqueza natural,



cultural e histórica do nosso Concelho, de qualidades ímpares em todo o território nacional, somando uma área total aproximada de cerca de 1.400 km2, da qual cerca de 430 km2 compõe, precisamente, o Maciço Calcário de Sicó e onde habitam cerca de 125.000 pessoas. Proposta essa, que se encontra na posse de cada um de vós, Senhores Deputados desta Assembleia, e que hoje apresentamos e pomos à discussão neste órgão soberano.

Sem perder muito tempo, e visto que todos tiveram a oportunidade de consultar o documento, referir apenas alguns aspetos fundamentais que dão forma a este projecto:

Por força desta proposta, desejamos apontar a importância que uma classificação do tipo "Geoparque" poderia trazer de significativo para toda a região, em termos económicos, culturais e sociais, com um impacto real na criação e geração de riqueza e emprego, na fixação da população, no aumento do número de turistas e visitantes na região – com uma forte aposta na componente turística como base de desenvolvimento económico da região – da melhoria da qualidade de vida da população residente, do reconhecimento nacional e internacional da importância e riqueza destas terras e obviamente, da preservação da biodiversidade única aqui existente.

Mas o que é então um Geoparque? Um Geoparque é um território com limites bem definidos que possui um notável Património Geológico, possuidor de uma área suficientemente alargada de modo a permitir a aplicação de uma estratégia de promoção turística e de Desenvolvimento Sustentável, assente em 3 pontos fundamentais: conservação do património geológico, educação para a sustentabilidade, turismo e desenvolvimento para a economia local.

Deve ainda valorizar e promover a biodiversidade, o património cultural, a gastronomia e Investigação científica. Actualmente, a Rede Global de Geoparques conta já com cerca 90 geoparques, em 27 países em todo o Mundo. Em Portugal este caminho é trilhado desde 2006 com a adesão do primeiro Geoparque Português às redes.

Damos como exemplo, o actual Geoparque de Arouca. Com uma área total de 328 km2, tendo um número de habitantes a rondar os 23.000 e sendo maioritariamente suportado por fundos europeus, destinados para este exacto fim. O Geoparque de Arouca, conseguiu atrair, em 2012, mais de 220.000 visitantes para a região, entre turistas estrangeiros e nacionais. Este investimento e esta aposta, permitiram uma multiplicação significativa dos investimentos ligados ao turismo e à cultura, um aumento claro da melhoria de qualidade de vida da sua população e um aumento real das potencialidades económicas do concelho. Colocou Arouca no mapa das regiões a visitar, não só em Portugal mas em toda a Europa e estabeleceu uma viragem, sem ponto de retorno, para o desenvolvimento sustentado de toda a região em que se insere.

Meus Senhores, o que aqui falamos é ainda mais grandioso, mais rico do ponto de vista do património geológico e cultural, mais vasto do ponto de vista da dimensão e área afetada, mais significativo tendo em conta as características únicas e a diversidade sem precedentes existentes em todo este território das Terras de Sicó, das acessibilidades e localização mais do que privilegiadas, do vasto património geomorfológico do Maciço de Sicó, do património espeleológico e das paisagens únicas, da biodiversidade existente, do património histórico e arqueológico de maior relevância, entre os quais se destacam os quatro castelos medievais, do património não monumental característico dos costumes da região, da gastronomia riquíssima que temos para oferecer e de tantas outras coisas que não teria tempo para as enumerar a todas.

Meus senhores, estamos perante uma aposta de incalculável valor, perante uma riqueza que não podemos desperdiçar, mas sobretudo, diante de uma oportunidade que somos obrigados a agarrar!



De notar que a decisão de avançar para este cenário, cabe quase em exclusivo na iniciativa dos órgãos políticos locais e, portanto, de cada um de nós nesta assembleia e do Senhor Presidente de cada órgão executivo, eleito em cada concelho, entre os quais do nosso Concelho de Pombal.

É importante que percebamos que este só será um desígnio, se for um desígnio de todos e não apenas da JSD. Que se não quisermos todos, nada sairá do papel e que esta intenção não passará apenas disso, de uma intenção.

Esta, temos a certeza, é a aposta do futuro. Tenhamos todos a coragem de o assumir, a capacidade de o aproveitar e a confiança que este, é de facto, o caminho a seguir. Juntem-se a nós nesta causa."

José Neves, usou da palavra como se segue:

"Quase ao jeito de balanço dos mandatos destes órgãos, que me perdoem os meus caros colegas Presidentes de Junta, mas vou falar da minha freguesia, cujos cerca de 5.000 habitantes aqui represento. É superior à população de muitos concelhos e por isso merece muito respeito.

Quando da nossa primeira reunião com o Sr. Presidente da Câmara em novembro de 2009, ele disse-nos: "estão a ver a responsabilidade que têm?!...", apontando-nos como que tendo cometido a infantilidade de nos termos candidatado à nossa freguesia. Agora, decorridos três anos e meio, a responsabilidade penso que terá sido cumprida. Assim a Câmara tivesse cumprido sempre com a sua, porque, afinal de contas é aqui que estão os meios, e pelo 5.º mandato também o Sr. venceu no Louriçal.

Mas vamos ao início, recordemos factos e façamos algumas comparações:

- 1. Passeios da Rua dos Ferreiros, Louriçal Santo António. Há 3 anos entregámos na Câmara quatro orçamentos para ajuste direto. Ainda estão por concretizar; em última análise parece que é de optar por concurso público.
- 2. Rua da Cerâmica, Louriçal Matos da Vila. Redimensionamento, construção de muros e passeios. Há três anos a Junta iniciou a construção de um muro tendo recebido ordens para parar. Seria efetuado levantamento topográfico e construídos muros em betão. Está tudo parado, como estava há 4 anos, esperando pelo tal projecto, até que os proprietários que concordaram em ceder terrenos para o alargamento mudem de ideias.
- 3. Sanitários para o mercado do peixe. No início do mandato solicitámos a sua reconstrução, que há muitos anos é necessária. O Sr. Presidente disse que mandássemos elaborar o projeto e o entregássemos, que providenciaria a concretização das obras. Em um mês entregámos o projecto e as obras nunca vieram. O seu estado imundo e de degradação, não é próprio de século XXI.
- 4. Abertura de uma ou duas ruas de ligação da Rua da Filarmónica, antiga EPAC, à Rua da Misericórdia, sede da Junta.
 - Tanto que o Senhor Presidente nos colocou esse desafio, mesmo publicamente nesta Assembleia. Fizemos as démarches e os técnicos da Câmara impuseram-nos que desistíssemos da ideia. Afinal que contradição é esta?!
- 5. Pavimentação das ruas adjacentes ao largo D. Luis de Meneses, à Caixa Agrícola. Ficou de se abrir concurso e na última assembleia ouvimos aqui dizer que isso não pode avançar porque está dependente da construção da variante. Só para o ano 2020 ou mais tarde? O piso dessas ruas está em total desagregação.
- 6. Centro Escolar.
 - Há necessidade de alargamento da escola do 1º ciclo do Louriçal. Falta espaço exterior e salas para se poder encerrar escolas de Outeiro e Casal da Rola, bem como a substituição



das salas do pré-escolar do Louriçal. A situação foi sinalizada com o Senhor Vereador do Pelouro da Educação. Ele achou que a solução estaria na aquisição de um terreno ao lado da escola. O proprietário vende, mas pede um montante correspondente ao IMI que paga, em virtude de licenciamento aprovado que não foi concretizado. O Senhor Vereador achou um exagero, mas permitam-me uma questão: a Câmara não concorda pagar menos de 10% para ajudar a resolver o problema escolar do Louriçal, do que vai gastar com o Centro Escolar da Mata Mourisca? Isto para não falar da exagerada cobertura de rede escolar nalgumas freguesias, e construções sobredimensionadas. Já agora, porque é que algumas Juntas de Freguesia com menos população escolar recebem mais do que a nossa? Será por terem escolas novas? Parece contraditório... Necessitamos de fazer mais reparações e manutenção.

7. Saneamento.

Porque é que ocorrerão tantas falências nas empresas que fazem obras de saneamento? E depois as obras ficam paradas, poços sem tampas, onde entram terras e a vegetação começa a crescer. Conheço rede de saneamento construída há cerca de 15 anos que nunca funcionou, porque também não existia ETAR nem colectores. Quando se pretender utilizar não funciona devido a anomalias de projeto e falta de manutenção. Para quando a concretização de rede a aldeias populosas de toda a freguesia? Quando será possível despoluir as ribeiras da Vila, que ainda levam com muitos esgotos?

8. Rede viária.

A minha freguesia em três anos e meio apenas teve 1600 metros de alcatroamento e, após um ano, já foi cortado para o abastecimento de água. Considero absolutamente indispensável que sejam alcatroados os acessos às casas, as ruas onde as pessoas moram. Assistimos agora a um amento brutal do IMI, fruto da reavaliação das casas. Se os locais onde mais ou menos dignamente moramos são taxados com tão elevada tributação, que constitui receita do Município, temos o direito de exigir acessos devidamente pavimentados. Pela freguesia do Louriçal são inúmeras as casas sem alcatrão, além das estradas de ligação que igualmente dele carecem. Um Presidente de Junta vizinho terá um dia dito o seguinte a um meu freguês: "se esses caminhos florestais se situassem na minha Freguesia, já estavam todos alcatroados..." E eu acredito.

9. Zona Industrial.

Foi adquirido um pequeno terreno, que está para infraestruturar. É verdade que os tempos não vão bons para investimentos, mas com a demora os mais corajosos perdem a vontade. É bom lembrar duas coisas:

- 1.ª, surgiram recentemente duas empresas que, mal instaladas e com péssimos acessos, estão a criar empregos e riqueza. Merecem ser apoiadas.
- 2.ª, Um dia esta crise vai acabar. Será tarde... talvez lentamente. Mas não será já tempo de ir pensando no amanhã?

10. Centro Cultural.

A minha freguesia tem um associativismo forte e não preciso de o dizer aqui porque toda a gente deve saber. Falta-nos na sede de freguesia o tal centro cultural, com uma sala de espectáculos condigna. Se o investimento total é demasiado arrojado, então que se opte pela construção faseada, mas comece-se já.

Faltam cerca de seis meses para terminar todos os nossos mandatos, uma transição que se deseja pacífica. Neste período ainda muita obra pode ser feita e, estou certo, sê-lo-á na espectativa eleitoralista. Só esperamos por uma visão justa e equitativa.



No que respeita à minha junta, penso que trabalhámos e continuaremos até ao fim no desempenho da nossa obrigação, tendo como objetivo o interesse público, com meios muito limitados, tentando assegurar tudo o que é "coisa pública", na certeza do muito que há sempre por fazer.

Adquirimos um trator equipado com limpa bermas e outros acessórios. Contratámos o tratorista e o Sr. Presidente prometeu a verba para as suas remunerações e encargos.

Sabemos que subsídios idênticos estão a ser pagos a outras Juntas mas a nossa ainda não. Aguardamos o seu cumprimento com a brevidade possível.

Tudo deve funcionar dentro do espírito de cooperação institucional que as pessoas esperam de entidades públicas que se complementam."

Fernanda Guardado, que fez uso da palavra para dizer o seguinte:

"Hoje, a minha intervenção prende-se com a defesa do turismo cultural. A cultura passa um pouco despercebida mas nós defendemos este setor que também é importante e verifico que, na nossa Câmara, há quem o defenda.

Ora nunca, tanto como hoje, ouvimos dizer que é importante valorizar o que é nosso. É verdade, concordo, e todos concordamos aqui, estou em crer. Comprar o que é produzido em Portugal, irmos para fora cá dentro e apreciarmos aquilo que de bom existe em Portugal e é muito, na verdade! Ao cumprirmos estes preceitos estamos a ajudar o nosso País e penso que todos estamos de acordo neste ponto.

Dando continuidade ao que anteriormente disse, venho comunicar a esta Assembleia o seguinte:

O Município de Pombal integra a Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, juntamente com mais sete Municípios, a saber: Soure, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Coimbra, Miranda do Corvo, Penela e Lousã.

A Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego foi criada em 2011 com o intuito de desenvolver, a longo prazo, um produto de turismo cultural de excelência na Região Centro, um projeto assente na riqueza patrimonial da linha defensiva do Mondego.

Fazendo um pequeno enquadramento histórico, saibam que no século XI, depois da conquista de Coimbra, foi preciso vir o mocárabe da corte de Sevilha, de sua nome D. Sesnando, para requalificar uma série de estruturas defensivas existentes ao longo do rio Mondego e seus afluentes, criando a linha defensiva que na época da reconquista tinha como função a guarda avançada da almedina de Coimbra. Chegados ao século XXI, verifica-se que a presença de elementos patrimoniais de grande importância para a História da nossa região e do nosso país fez. com que um conjunto de Concelhos se unisse para valorizar, celebrar e perpetuar aquilo que tem interesse histórico e que pode ser aproveitado para promoção do turismo cultural. As cidades de Coimbra, Figueira da Foz, e de Pombal e as vilas da Lousã, de Miranda do Corvo, de Montemoro-Velho, de Penela e de Soure são as protagonistas deste desafio. Como vêem, Pombal não está sozinho.

Assim, o Pelouro de Promoção Turística da nossa Câmara, sob a alçada da senhora Vereadora Dr.ª Ana Gonçalves e apoiado pela Dr.ª Cidália Botas, lançou um desafio às Escolas do nosso Município para participarem num concurso, onde se desafiava a criatividade dos alunos. Foram então convidados todos os Agrupamentos de Escolas do nosso Concelho para participarem neste projecto. O desafio era criar um casal real da época medieval. Esse desafio foi aceite por 3 Agrupamentos de Escolas do nosso Concelho: Agrupamento de Escolas de Pombal, Agrupamento de Escolas Gualdim Pais e Colégio Cidade Roda. Os Professores motivaram os seus alunos e levaram-nos a participar neste projecto, tendo contado com a colaboração de Encarregados de Educação e Auxiliares de Ação Educativa. Foram elaborados 4 casais reais da Época Medieval, para serem apresentados a concurso.



Numa segunda fase do projecto e terminados os trabalhos, passou-se então à apresentação do "Rei e Rainha do Mondego" ou seja, dos 12 casais reais a concurso, o que aconteceu no passado dia 18 de abril na Torre de Almedina, em Coimbra, espaço nobre por excelência. A cerimónia de abertura desta exposição itinerante, contou com a presença do Presidente da Câmara anfitriã e da Senhora Diretora Regional da Cultura do Centro, entre outras entidades, tendo a mesma referida que a sua presença ali era para dar importância, para nós percebemos que afinal a cultura tem muita importância neste momento que estamos atravessar.

As escolas do nosso Concelho que participaram neste concurso contaram sempre com a colaboração, como disse e repito, do Pelouro de Promoção Turística e da Dr.ª Ivânia Monteiro da Rede de Castelos do Mondego.

Devemos valorizar estes projectos, pois também eles contribuem para levar o nome de Pombal a outras localidades nossas vizinhas e dar a conhecer a todos os visitantes da exposição itinerante, aquilo que os nossos alunos sabem fazer. Agradeço ainda às professoras que dedicaram muitas das suas horas a este projeto e também a todos os alunos que nele colaboraram com bastante interesse e motivação.

Esta exposição agora está patente na Torre de Almedina em Coimbra, até ao dia 5 de maio e depois vai estar patente em todos os Municípios que aderiram ao projecto que, afinal, é também uma forma de promoção turística do que é feito por nós.

Caso não tenham oportunidade de visitar a exposição nos outros Concelhos, fica o convite, e se não puderem visitem-na quando estiver em Pombal, que vai acontecer por altura das Festas do Bodo e essa exposição vai estar no Centro Cultural de Pombal. Todos podem votar no casal real que mais lhes agrade e, desta forma, darem o seu contributo para que, uma das doze escolas da rede que aderiram ao projeto ganhe um prémio."

Fernando Matias, que fez a seguinte intervenção:

"Eu só queria deixar aqui a preocupação do executivo da junta e da população de Almagreira em relação a uma matéria que não é da responsabilidade direta do município e que é o estado em que ficaram as margens do Arunca entre Pombal e o limite da freguesia/concelho após as intempéries. De facto, há entre a margem nascente da auto-estrada e a ponte dos Reis, uma extensão de cem metros em que a margem está muito destruída e, de facto, o investimento será um investimento substancial. Inclusivamente, é perto do sítio onde passa a conduta do gás e os trabalhos, no meu entender, devem ter alguma celeridade do sentido de ficarem prontos antes do próximo Inverno, porque se agora o rio tem alguns quarenta metros de largura, quando ele tinha sete, de facto vai ser um estrago enorme após o próximo Inverno.

Também junto à ponte de Lagares, para Norte, numa extensão de cem metros, a margem também está muito destruída.

Penso que desassorearem é importante, mas terá que haver algum trabalho de sustentação da margem, atualmente já implica o trânsito porque danificou substancialmente caminhos agrícolas que estão intransitáveis.

Com o trabalho feito antes das intempéries, notou-se que a estrada Pombal-Almagreira esteve muito pouco tempo intransitável, houve um escoamento significativo das águas devido ao temporal, mas deixaram de facto esses danos que eram importantes e aqui peço urgência. Se o município entender que os gastos que serão envolvidos têm que ser suportados também pelo governo, então que se faça atempadamente porque de facto a ARH, o que nós verificamos é que têm lindo sites, mas depois no terreno deixa completamente as pessoas à deriva.

Eu peço encarecidamente em nome do executivo, da população de Almagreira e dos proprietários que se intervenha já e rápido para evitarmos que o problema se arraste, obrigado."



António Carrasqueira, que disse o seguinte:

"Queria deixar aqui duas notas.

Perdoa-me Partido Socialista, eu há pouco até votei favoravelmente a proposta das freguesias, mas agora, permitam-me que esteja em desacordo com algumas coisas.

Com o deputado Vítor Gomes, não concordo com elas todas e com o Presidente da Junta do Louriçal muito menos.

Se perguntar qual é a freguesia que tem maior investimento, certamente é a freguesia de Louriçal, se perguntar qual é a freguesia que tem um operador pago a tempo inteiro pela Câmara Municipal de Pombal, é a freguesia do Louriçal, e é mais pequeno em território do que Abiul.

Abiul tem muito mais lugares, é muito mais dispersa e muito complicada na sua geografia, com um pouco menos habitantes, mas penso que a situação não é assim tão dramática como o José Neves está a expor.

Desculpa lá, mas eu também não estou aqui a lamentar a sarjeta ou a valeta, isso limpo eu ou mando limpar.

Efetivamente, tenho muitos quilómetros de alcatrão mas não peço alcatrão ainda para as estradas florestais, sou capaz de ter vinte quilómetros abertos em estradas florestais e, certamente, não pretendo que elas sejam alcatroadas.

Mas mais, queria também salientar aqui um aspecto interessante, no dia 21 de abril houve inaugurações em Abiul, fizemos quatro em uma. Isto é que é rentabilizar os meios e, na última Assembleia, fiz o convite a toda a gente para assistirem à inauguração, e eu vou a quase todas sempre que posso, mas vi lá pouca gente. Gostaria que tivessem ido para ver o que é que está feito. Temos uma obra feita para o dia a dia e que nasce para bem das populações. Temos obras reais, obras concretas para satisfazer a necessidade da freguesia.

Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez muito obrigado por tudo o que tem sido feito para proveito das populações que estão satisfeitas com isso. E se todos os deputados, quer sejam de um partido quer sejam de outro, fossem observar, no próprio local, o que é que está feito, como é que está feito, como é utilizado e como é que se desenvolve, vinham para aqui com conhecimento de causa.

Portanto meus amigos tenhamos juízo, tenhamos senso, gostaria que isto fosse para melhor e vou com essa mágoa porque trabalhou-se tanto e se calhar parte das coisas vão ficar degradadas, enfim, seja o que Deus quiser."

Ilídio da Mota, que fez a intervenção abaixo:

"Permitam-me um prelúdio na minha intervenção para enquadrar o que está a acontecer nas nossas escolas, esperando desde já que tal não se venha a concretizar.

Na passada semana, o ex-ministro das Finanças, Bagão Félix disse: "Vítor Gaspar é o eucalipto deste governo". Pelo que vou constatando e pelas políticas que têm sido seguidas, eu vou um pouco mais longe... este governo é o eucalipto de Portugal!

Está a secar tudo e vai deixar o nosso país deserto!

Em 2010 a Junta e Assembleia de Freguesia de Vermoil, deliberaram, por unanimidade, fazer o pedido à Câmara Municipal de Pombal, para a construção de um Centro Escolar na Freguesia de Vermoil, determinando uma localização específica, central a toda a freguesia. Nessa altura tínhamos, nas escolas da nossa freguesia, no pré-escolar e 1º ciclo, 230 crianças!

No passado dia 20 de abril, a Junta de Freguesia de Vermoil organizou um debate com o tema "O Futuro da Educação na Freguesia de Vermoil", onde registei e agradeço a participação e presença do Sr. Vereador da Educação Dr. Fernando Parreira e dos Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus e Dr. Adelino Mendes.



Neste debate analisámos diversos cenários e a frieza dos números. Ouviram há pouco que tínhamos 230 crianças nas escolas da freguesia de Vermoil, hoje, são 130! É dramático, é alarmante! Esta enorme queda é consequência de 2 factos: a quebra abrupta da taxa de natalidade e o aumento exponencial da taxa de emigração.

Sobre a emigração, acrescento mais um dado, desde o início deste ano letivo já abandonaram as nossas escolas quase 10% das crianças, porque os seus pais foram obrigados a emigrar e consigo levaram toda a família!

Contudo, apesar desta forte redução, foi verificado que nas Freguesias com Centros Escolares do Agrupamento Gualdim Pais, a freguesia de Vermoil ainda consegue ter o dobro das crianças que frequentam esses Centros Escolares.

Assim, concluiu-se neste debate a necessidade urgente da construção de um Centro Escolar na Freguesia de Vermoil, conforme as deliberações de 2010, embora adaptando a sua dimensão às necessidades atuais e futuras.

O local indicado, para a construção do Centro Escolar, é central a toda a freguesia e abrange mais de 80% das crianças num raio de 3km, o que por si só não obriga a grandes deslocações nem a dispendiosos meios de transporte. Esta localização tem ainda o potencial de poder servir várias freguesias vizinhas.

Temos de estancar a queda da demografia e a emigração, apostar na educação e no Centro Escolar da Freguesia de Vermoil é um projeto com grande retorno e que dará mais futuro a esta freguesia e ao nosso concelho de Pombal."

Rodrigues Marques, que usou da palavra como se segue:

"Em boa hora a Associação Centro de Alzheimer criou o Centro de Dia, porque a memória colectiva do Partido Socialista está candidata a ir para lá e isto porquê?

O Vítor Gomes fez esta pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: "Se a Câmara pagava dois Presidentes de Câmara"? Eu fui um dos que votei, era vereador na altura, na manutenção desse pagamento e portanto, Vítor Gomes e memória colectiva do PS, façam um favor, vão-se inscrever no Centro de Alzheimer, na Charneca."

Joaquim Branco, cuja intervenção se segue:

"Foi feita aqui uma intervenção sobre o paradigma do 25 de abril e estive presente na última sessão. Só gostaria de corrigir que a ditadura militar começou em 1926, como toda gente sabe.

Gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que quando fez a sua intervenção e disse que iam ser extintas quatro freguesias, eu como defensor das freguesias digo que foram extintas seis, essa história das quatro é como um jogo de xadrez.

Gostaria também de me referir à intervenção do bloco de esquerda que falou aqui que havia na altura uma polícia política que era a PIDE e eu, há uns quinze anos atrás, fiz uma busca na Torre do Tombo, em Lisboa.

Os interesses pidescos ligavam-se muito à própria existência de poder local nas freguesias. As freguesias, quase que não existiam, eram caminhos de lama, etc.

Mas mais, é pena as pessoas falarem mas esquecerem-se de mencionar, por exemplo, que houve pessoas aqui, em Pombal, que asfixiaram as aldeias: criminosos, violadores, homicidas - está provado e há documentos nesse sentido -, burlões que roubavam as pessoas e sempre impediam qualquer surgimento de qualquer economia económica nas freguesias e foi esse o motivo do meu paradigma do que é o 25 de abril, que é criar as freguesias, permitir que as freguesias tenham CTT, posto médico, que as pessoas se desloquem e não façam fila, como eu vejo aqui nas Finanças, até chegam à Igreja Matriz, para pagar a contribuição autárquica porque têm que vir



aqui a Pombal, será o futuro, possivelmente, outros não têm autocarros e têm que pagar um táxi, pagam mais do táxi que da própria contribuição.

Seria interessante não vir aqui dizer isto assim, mas fazer o balanço da pujança que as freguesias conseguiram, quiseram varrer a revolução em Pombal e que elas é que construíram Pombal."

Manuel António, que referiu o seguinte:

"Venho aqui, em nome da Assembleia de Freguesia, solicitar o apoio do Senhor Presidente de Câmara e desta Assembleia Municipal, para tentarmos, em conjunto, travar mais uma das consequências da privatização dos CTT.

Como é conhecido, os CTT estão num processo de privatização e, na preparação dessa privatização, há um conjunto de lojas dos CTT, a que chamamos Correios, que se encontra em fase de transferir serviços para as Juntas de freguesia.

Na vila da Guia, esta situação, bateu agora à porta. Depois de termos analisado as circunstancias, entendemos que o Concelho de Pombal é pelo menos três vezes maior que o Concelho de Ansião, não vai ser tratado de igual modo e eu vou ser claro: O Concelho de Pombal com 650 Km2 vai no final deste processo, muito provavelmente e se não fizermos nada, ficar apenas com um serviço de CTT.

A Vila da Guia tem uma particularidade, há cerca de 55 anos um Comendador, Raul Tomé Feteira, doou para prestação de serviço público o edifício dos Correios e a Cantina Escolar, que são hoje património do Município de Pombal, o edifício dos Correios tem prestado serviços às populações, não só da freguesia da Guia mas das freguesias vizinhas, estimamos cerca de 20.000 pessoas, atendendo a que serve também Bajouca, uma parte de Monte Redondo, uma parte da Marinha das Ondas, do Louriçal, do Carriço, da Guia, da Mata Mourisca e da Ilha. Seria oportuno que lutássemos para que este serviço se mantivesse nos CTT e não perder esta prestação de serviço á comunidade, porque no fundo, ao contrário daquilo que poderá ser dito de irem ser prestados exatamente os mesmo serviços, há uma parte que não vai ser prestada.

Vai ser possível vender selos, vai ser possível entregar cartas, encomendas postais mas, por exemplo, o serviço financeiro já não vai ser possível, quem tiver certificados de aforro terá que vir aqui, a Pombal, tratar deles e o potencial banco postal apenas funcionará em Pombal.

No entendimento do executivo e da Assembleia de Freguesia da Guia é uma oportunidade que se perde.

No eixo Leiria-Figueira não vai haver nenhuma estação de correios, que é aquele em que a freguesia da Guia se situa, o edifício dos correios está mesmo à beira da 109, do IC1, e julgo que, em conjunto com a Câmara Municipal, e penso que também com a Assembleia Municipal, a patrocinar e apoiar este pedido, se lute para que em Pombal, pelo menos, permaneçam dois postos de correio, um na cidade e outro a oeste, para que a zona oeste do concelho não fique desprovida deste serviço público."

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, respondendo às questões colocadas pelos membros da Assembleia, como a seguir se transcreve:

"Hoje, ao estarmos aqui, pela vigésima vez, numa reunião para apresentar e para aprovar o relatório e conta gerência, eu tenho que dizer isto:

Por imperativo do meu dever e consciência autárquica quero, perante todos, penitenciar-me por algumas vezes ter respondido às interpelações de qualquer um de vós, sem excepção, um pouco acaloradamente. Respondi acaloradamente porque, efectivamente, a ingratidão fere a sensibilidade de alguém que tem espírito de missão e que tem a consciência do dever cumprido.



Passados estes vinte anos, eu quero também dizer que nós sabemos bem aquilo que é possível fazer e aquilo que não se deve fazer. E sabemos que a têmpera de vida das pessoas, ao longo da sua caminhada, vai-se tornar mais resistente, mais conhecedora, com a probabilidade de, sistematicamente, se poder fazer uma introspeção, de nos colocarmos no lugar dos outros e de sabermos aquilo que fizemos bem ou menos bem.

Devo dizer, nesta vigésima reunião magna em que vamos aprovar estes documentos, que eu tenho muito orgulho de ser português, de ser natural de uma aldeia próxima daqui, Meirinhas, e de pertencer a Pombal, como qualquer outro ser humano que para aqui venha e que adote esta terra como sua mas, acima de tudo, por ter tido oportunidade política de trabalhar aqui, nesta Câmara, com quadros técnicos que já cá estavam quando cheguei, mas também com orgulho e com a satisfação do dever cumprido.

Quando demagogicamente se diz que não devemos tomar certas decisões e se fazem comparações através de estudos, muitas das vezes encomendados, é que nós chegamos à situação em que nos encontramos e por esse facto devemos preocupar-nos, em termos de cidadania e com princípios democráticos.

Aquilo que fizemos foi de consciência tranquila, de coração aberto, com transparência, com honestidade e por isso é que nós temos 1.120 kms de asfalto nas 17 freguesias, temos mais de 20 centros de dia e lares que sempre apoiámos, temos Centros de Saúde que executámos com o orçamento da nossa Câmara, como o de Almagreira e o de Abiul, e também temos terrenos para construção da Unidade de Cuidados Continuados em Pombal, apoiámos a construção do Centro de Dia para os doentes de Alzheimer, apoiámos o Convento das Clarissas do Louriçal na construção do telhado da Igreja do Convento, etc.

Portanto, meus caros amigos, comprámos muitos terrenos, estamos a fazer obras de regeneração urbana, comprámos a quinta de Sant'Ana, comprámos o terreno no Casalinho para construir uma pista de 800 m, fizemos lá vários campeonatos, há lá aulas de pára-quedismo, vai haver aulas de aviação e havemos de adquirir mais terreno para construção de uma pista de 1200 m; construímos o parque subterrâneo, entre outras obras, nunca a pensar no imediato.

O Presidente da Junta do Louriçal falou aqui no asfalto, executámos 77 kms de asfalto até agora, tem um Centro de Dia, tem um Lar em que doámos o terreno, tem um gimnodesportivo, comprámos terreno para o Parque Industrial e temos lá a regeneração urbana feita, estamos a avançar com o saneamento em força, temos um projeto elaborado para a nascente da Vila, de forma a que, de facto, com a rotunda que vai ser mudada, os acessos sejam mais seguros e de fácil mobilidade, permitindo o crescimento da Vila do Louriçal.

Quero ainda dizer à Dra. Odete Alves que, em relação ao Centro de Saúde de Pombal, não é verdade aquilo que a Senhora Deputada disse. Há 20 anos que andamos para construir o Centro de Saúde de Pombal, fizemos tudo para que isso acontecesse."

O membro **Vítor Gomes**, pediu a palavra para dizer o seguinte:

"Senhor Presidente, o Eng." Rodrigues Marques chamou-me doente de Alzheimer, eu considero que 90% desta sala deve ser doente de Alzheimer. É que nem ele me esclareceu nem o Senhor Presidente da Câmara me esclareceu, porque eu gostava de saber se é verdade que a Câmara paga ou não dois vencimentos a dois Presidentes."

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu o seguinte:

"Não é verdade. A Câmara Municipal não paga ao Presidente de Câmara que está aposentado. Pedi a reforma em 2005 e não a mandei processar nessa altura, mas quando atingi os 65 anos de idade mandei processar a reforma, desde há dois anos que só recebo as despesas de representação desta Câmara.



Paga o vencimento por inteiro, através da Caixa Geral de Aposentações, à viúva do engenheiro Guilherme Santos, porque foi considerado acidente de trabalho e, como nessa altura, a Câmara não tinha seguro, o executivo deliberou atribuir-lhe uma pensão vitalícia.

Se fosse o seguro, e todos nós sabemos qual o comportamento dos seguros, se calhar só pagava a pensão enquanto os filhos estudassem, mas quando os filhos estudavam, recebiam cerca de oitenta contos, quando acabaram os estudos esse dinheiro reverteu a favor da viúva."

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão inscreveu-se o membro **João Coelho**, que usou da palavra para colocar a seguinte questão:

"Queria só fazer uma consideração rápida á qualidade do serviço de informação que nos é prestado, pelo menos sou leitor normalmente após a Assembleia Municipal destas informações mas o tempo em que ela é remetida não me permite fazer uma leitura prévia. Mas hoje, e como está na página 2 e tenho alguma curiosidade em relação a isto porque também me apercebi que tinha participado na sessão de abertura da semana aberta, organizada pela ETAP, e eu gostava de perceber por parte do Senhor Presidente da Câmara que sensação tem em relação aos cursos que vão funcionar na ETAP no próximo ano, as condições de funcionamento, em relação aos profissionais daquela casa se podem continuar descansados da boa saúde financeira e da organização da ETAP, que tipo de sensação é que recolheu desta presença na ETAP a semana aberta."

Senhor Presidente da Câmara, respondeu com o seguinte:

"Ainda hoje houve aqui uma reunião com todos os colégios e com os agrupamentos de escolas, o ministério tem que aprovar os cursos, e nós queremos que haja complementaridade e que não haja cópia com outros colégios.

A Escola Tecnológica foi a primeira escola do país, em termos profissionais, que tem instalações próprias e que está a funcionar muito bem, felizmente, com evolução, com professores que já ali estão há muito tempo e que tem um resultado positivo, segundo o relatório de contas que pode ser lido por qualquer um de vós, de cerca de 50.000,00 euros, contrariamente àquilo que é apregoado de se encontrar em rotura financeira, os números falam por si, portanto, estamos tranquilos."

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre garantia bancária no montante de € 1.000,00 a favor da E.P. – Estradas de Portugal – Autorização para assunção de compromissos para exercícios seguintes.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou a seguinte informação:

"Nós somos obrigados a ter uma garantia bancária pelos atravessamentos que fazemos no abastecimento de água e nas redes de saneamento que alimentam as ETAR's que nós temos vindo a construir no Concelho.



Passar por baixo da 109, da linha do Oeste, da auto-estrada, é um problema muito complicado e demorado e pedem-nos as garantias bancárias, tudo isso, efectivamente, provocou atrasos na realização das obras.

Aproveito para dizer que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano é muito baixa, porque tivemos muitos entraves, não só os pareceres do Tribunal de Contas ou estes atravessamentos, mas também a falência de cinco ou seis empresas que atrasaram as obras.

Espero que esta obra da Redinha se faça, fica muito bem junto à Nossa Senhora da Estrela, no Vale dos Poios, que é uma mais-valia regional em termos culturais, paisagísticos, turísticos e desportivos. Espero que quem vier a seguir faça essa obra, mesmo sem candidatura aprovada."

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromisso para exercícios seguintes, para prestação de Garantia Bancária no montante de €1.000,00, a favor das Estradas de Portugal.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre garantia bancária no montante de € 5.357,11 a favor da E.P. – Estradas de Portugal – Autorização para assunção de compromissos para exercícios seguintes.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, autorizar a assunção de compromisso para exercícios seguintes, para prestação de Garantia Bancária no montante de € 5.357,11 a favor das Estradas de Portugal.

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município – Revisão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que usou da palavra:

"Quando nos dizem que não devemos aplicar taxas e devemos reduzir os impostos, nós temos que ser criteriosos e rigorosos com o custo/beneficio e não pôr a Câmara á deriva, como o País está, em termos económicos. As nossas taxas não são mais caras que as de outros Municípios, porque elas são aferidas, no âmbito da AMLEI.

Agora pretendem nacionalizar esse serviço e o tratamento do lixo, para que haja uma uniformidade de tarifas e de taxas, a nível nacional, o que eu considero injusto, pelo menos para o nosso concelho, com a autonomia que temos, tendo em conta a nossa reserva hídrica.

Portanto espero que não haja tentações. Há muitos autarcas que estão à espera da limitação dos mandatos e que depois são colocados nessas empresas multi-municipais com vencimentos três ou quatro vezes superiores."



O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação proposta da Câmara sobre

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação proposta da Camara sobre Regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município – Revisão, tendo-se inscrito o seguinte membro:

João Coelho, que fez a seguinte intervenção:

"Vou procurar ser esclarecedor naquilo que é a nossa divergência de opinião em relação à opção tomada pela Câmara Municipal em relação a este Regulamento das Taxas e Licenças.

Nós não temos nada contra o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, agora ele existindo deve servir para os pombalenses beneficiarem de melhores condições de vida, essencialmente isso, são eles que pagam, são eles que têm que ser servidos.

É nosso entendimento que havia um caminho que podia ser feito, aliás, as grandes opções do plano demonstram, em termos financeiros, a saúde financeira da Câmara, algo que nunca foi criticado, se há unanimidade em Pombal ela reside precisamente na apreciação da saúde financeira da Câmara e portanto, havendo saúde financeira, é nosso entender que deve servir para um incentivo ao estabelecimento de investimento do nosso concelho e também uma melhoria das condições de vida gerais, nomeadamente, através de um menor pagamento de taxas ou menor peso no orçamento familiar, daquilo que, enfim, é publico.

O Senhor Presidente aludiu à questão da água, os nossos Vereadores do Partido Socialista já deram nota de que, realmente, havia o entendimento de que podíamos ter um tratamento diferente nas taxas aplicadas ao consumo de água no nosso Concelho, principalmente, para os casos de maior dificuldade económica com maior consumo de água, famílias mais numerosas. De outra forma as taxas também são aplicadas a uma atividade económica que está em grandes apuros, nomeadamente, o comércio e o licenciamento de atividades económicas de outra ordem e entendemos que o Senhor Presidente da Câmara podia ter dado um sinal, através da baixa dessas taxas.

Depois há outra parte, muito particular, deste Regulamento, que eu infelizmente tenho que voltar a ela, que se trata dos inertes, atividade económica nobre, com certeza, mas nós temos várias explorações no nosso Concelho. Até ao ano passado foi referido o facto de estar incluído no nosso regulamento e taxas uma taxa de extração de inertes de dez cêntimos por tonelada que não era cobrada. Perguntei ao Senhor Presidente da Câmara porque é que não recebíamos essa taxa e o Senhor Presidente disse que não podia receber essa taxa por dever proteger certas empresas do nosso concelho que estavam em dificuldade económica. O ano passado perguntei novamente se já recebíamos a taxa, visto que ela estava incluída no nosso Regulamento e o Senhor Presidente da Câmara disse novamente que não estava a ser recebida essa taxa e, portanto, foi dito aqui, inclusive pela maioria, que a taxa ou era cobrada ou era retirada.

Pois bem, reparamos agora que a par da não consideração de alguns interesses e necessidades de alguns pombalenses, foi considerado o interesse particular das empresas que fazem a exploração de inertes, foi considerado, visto que a taxa foi retirada.

Há uma adaptação legal ao licenciamento de explorações de inertes, ainda bem que caminhamos para o cumprimento de um decreto-lei de 2007, decreto-lei que já era uma revisão da lei de 2001 e, portanto, ao fim de seis anos termos essa adaptação é positivo.

Agora a taxa de extração de inertes foi retirada, portanto, as empresas, neste momento, podem continuar a extrair inertes sem pagarem nada, mas agora, com a licença da Câmara.

Nesse sentido, entendemos que este Regulamento merecia uma outra revisão, ou uma revisão de outra ordem, em que houvesse uma melhor consideração dos interesses de algumas famílias carenciadas do Concelho de Pombal, nós em concreto, por mérito, temos capacidade financeira



para atender esses casos e não tínhamos necessidade absoluta de atender a um caso particular de uma atividade económica que explora, como é a água, um bem que é nosso.

Se hoje posso louvar a proposta da JSD de trazer aqui uma revisão do estatuto do maciço da Sicó, também posso dizer que a Câmara Municipal dá o sinal contrário com esta retirada da taxa de inertes do nosso regulamento.

Portanto, eu fico no meio da ponte, ficando o Partido Socialista claramente no outro lado da ponte eu não posso aproximar-me de um regulamento que promove iniquidades e no final não é o regulamento que Pombal merece, e daí, o Partido Socialista vai votar contra."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

"Senhor Deputado, a nível do distrito de Leiria só tive conhecimento de uma Câmara, que foi a da Batalha, a mandar processar algumas taxas de inertes e elas serem efectivamente pagas, numa primeira fase. Agora, já deixaram de pagar e a Associação dos Exploradores de Inertes, a nível nacional, contestou a atribuição dessa taxa.

É evidente que estamos a ver se conseguimos ter preços competitivos, temos três pedreiras no concelho, mas somos o principal utilizador dos inertes do concelho, são quase duzentos quilómetros de asfalto executado, tudo isso é adquirido e precisamos ter sempre stock de inertes.

Se nós recebêssemos uma taxa, não tenho dúvidas nenhumas que o preço por tonelada de inertes que nós adquiríssemos ia ser muito superior àquilo que pagamos de taxas.

Portanto, a nível nacional, muitas Câmaras recorreram a Tribunal, mas não levaram a melhor porque, efectivamente, não a podemos praticar.

A Associação Nacional de Municípios também não nos ajudou a resolver esse problema, porque nós tínhamos vontade de aplicar essa taxa às três pedreiras que nos fornecem inertes, aqui, no Concelho."

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com sete votos contra e uma abstenção da bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de ocupação do espaço público, mobiliário urbano e publicidade – revisão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, aprovar a Revisão ao Regulamento de ocupação do espaço público, mobiliário urbano e publicidade.

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento municipal da urbanização e edificação – Revisão.



O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, aprovar a Revisão ao Regulamento Municipal de urbanização e edificação.

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de atividade comercial e de serviços – Revisão.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia. Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, aprovar a Revisão ao Regulamento de atividade comercial e de serviços.

Ponto 2.8 – Apreciação do parecer do auditor externo, ao abrigo da alínea e) do nº3 do art.º 48.º da Lei nº.2/2007, de 15 de janeiro.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o parecer, colocando-se à disposição do plenário para qualquer esclarecimento adicional.

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à discussão a apreciação do parecer do auditor externo, ao abrigo da alínea e) do n°3 do art.º 48.º da Lei nº.2/2007, de 15 de janeiro, tendo-se inscrito o seguinte membro:

Odete Alves, que fez a seguinte intervenção:

"Só para reiterar que não apreciamos este parecer por considerarmos que esta entidade não nos merece credibilidade, considerando aquilo que se passou e todos nós conhecemos, designadamente que esta entidade deixou passar um buraco financeiro de mais de meio milhão de euros, há pouco tempo.

Lamentar também que a Câmara não tenha optado, mais uma vez, por apostar na economia local, escolhendo profissionais do Concelho.

Dizer também que continuamos sem compreender de que forma e por que razão a Câmara continua a manifestar um voto de confiança nesta entidade."

Ponto 2.9 – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2012.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o Balanço Social referente ao ano de 2012, colocando-se à disposição do plenário para qualquer esclarecimento adicional.



Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer intervenção pelo que se passou, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.10 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de gestão e prestação de contas individuais e consolidadas – Ano 2012.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que usou da palavra:

"Como sabem este relatório está devidamente elaborado, transmite realmente aquilo que se passou em 2012, em termos económicos. Tenho aqui uma folha informativa e uma síntese com gráficos de fácil interpretação, está tudo justificado. Na página 4/13 também está a evolução das despesas nos últimos cinco anos, está o gráfico com o total de € 38.923.323,70. Na página 5/13 também está um gráfico da evolução das receitas e das despesas de 2008/2012 que se lê com muita facilidade.

Agora aquilo porque eu me penalizei, mas tem justificações: tribunal de contas, obras abandonadas, firmas falidas, lei dos compromissos, etc. Nós temos aqui as grandes opções do plano, com uma taxa de execução que me preocupa. Acho que se devia melhorar mas tivemos estes entraves todos, os pareceres da REFER, da BRISA, da Junta Autónoma de Estradas, Tribunal de contas e a burocracia que temos e que tivemos, efectivamente, que vencer.

A oposição tem por obrigação sentir-se também descontente, como eu me sinto, mas não havia outra hipótese. Vamos ver, penso que o grau de execução para o ano seja muito superior quando se apresentarem as contas de 2013.

Não percebo porque é que já não temos o trabalho na casa dos Varelas, na casa da Rua do Cais, na casa do Mota Pinto e também na ETAR. As obras de regeneração também têm que se acabar antes do Inverno, senão a cidade fica impraticável, temos que exigir aos empreiteiros o cumprimento dos prazos, exigir qualidade e exigir também o cumprimento daquilo que está no caderno de encargos.

Resumindo, o Município fechou o ano com uma dívida a fornecedores e a empreiteiros de \in 1.190.987,28 e de empréstimos de médio/longo prazo de \in 9.101.965,10, o que se traduz num total de \in 10.292.952,38, retirando a este montante \in 6.632.344,76 limpos que temos no banco, dá uma divida de \in 3.660.604,52 no final do ano de 2012. O Município está a 100% do limite legal de endividamento fixado para 2012, o que não deixa de ser louvável, num cenário nacional de forte contenção orçamental.

Esta é a expressão de que o Executivo Municipal encara o endividamento com responsabilidade, mas que não deixará de fazer uso dessa capacidade para dotar o concelho de obras estruturantes e qualificadoras."

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação proposta da Câmara sobre Relatório de gestão e prestação de contas individuais e consolidadas – Ano 2012, tendo-se inscrito os seguintes membros:

André Coelho, que fez a seguinte intervenção:

"Muito obrigado, mais uma vez por me conceder a palavra para expressar o sentido de voto do Partido Socialista em relação aos documentos.

Ao fim ao cabo o Senhor Presidente já acabou por dizer o nosso sentido de voto e fazer a nossa defesa portanto, no final do mandato, o Senhor Presidente da Câmara está fortíssimo, eu não



posso dar-lhe os parabéns de outra forma a não ser, precisamente, que faz o trabalho dele e já o nosso trabalho, pelo menos na retórica está em grande força.

A única diferença aqui é o grau valorativo na interpretação que fazemos do mesmo documento.

Pegando em concreto naquilo que aqui está, e naquela que tem sido a atuação do Partido Socialista, eu remeto para dezembro de 2011.

Nós, em dezembro de 2011, votávamos o orçamento para 2012, as grandes opções do plano, na altura dando um voto de abstenção que deveria ser lido como um voto de confiança, mas confiança relativa.

Propunha-se, naqueles documentos, um grande desafio, elevar o nível de investimento como nunca havia sido feito em Pombal, para valores históricos, 72 milhões de euros, na altura, e para obras que o Partido Socialista sempre tinha defendido ao longo dos vários mandatos e que, finalmente, viam uma perspetiva, ainda que remota, de conclusão. E era obvio que nós tínhamos que apoiar o Senhor Presidente da Câmara, e a Câmara como um todo, nesse esforço de concretização de obras fundamentais nas quais se destaca, naturalmente, o saneamento, condição mínima para progredirmos para o verdadeiro século XXI.

O que nós temos aqui é uma assunção da impotência da parte da Câmara Municipal para concretizar as obras às quais se tinha proposto. Dirá o Senhor Presidente que a culpa não é dele, dirá a Câmara que a culpa não pertence de todo aos serviços, infelizmente, a realidade é que aconteceu assim.

Nós temos uma taxa de execução de 45%, dos 72 milhões de euros foram gastos 39 milhões, nas grandes opções do plano, portanto, no investimento em concreto, temos uma diferença de 30 milhões entre a perspectiva e o que realmente se concretizou, uma distancia dos 55 para os 25 milhões sensivelmente, é significativo, não deixa satisfeito o Senhor Presidente da Câmara e a oposição também não.

Aqui, de alguma forma sentimo-nos defraudados nas nossas expetativas, tínhamos votado quase a favor, na altura, com a perspectiva de que as obras se iriam concretizar. Não tendo elas sido concretizadas, estamos a falar da gestão corrente da Câmara que não releva em relação ao que havia sido o normal trabalho da Câmara, durante os anos todos em que fomos oposição.

Portanto, não havendo aqui um facto relevante, apesar das expectativas criadas, o Partido Socialista não pode votar a favor.

Só para enumerar algumas das obras que consideraríamos fundamentais:

- 9 milhões de euros a menos que foram concretizados no programa para o sector da água,
- 10 milhões a menos para o sector do saneamento
- um milhão e meio de euros a menos nos centros escolares, aqui também já foi referido por parte dos Presidentes de Junta a necessidade que haveria de os concretizar, mesmo que adaptados a uma nova realidade demográfica,
- o centro histórico está como está, também nos associamos ao desejo do Senhor Presidente da Câmara de que as obras andem à velocidade que Pombal exige, ainda é a sede do concelho, ainda é a sede de muito serviços a que muitas pessoas acorrem e ainda é uma cidade que vive, em muito, do seu comércio, muito mais agora com a crise económica que assolou outros sectores, nomeadamente, a construção.
- ainda falta o centro de interpretação da Sicó, ao que o Senhor Presidente também já aludiu a inevitabilidade de termos que o construir, mas não parece que tenha perspectiva que assim venha a ser.



Portanto, são algumas obras, também vou pegar naquilo que são as grandes opções do plano para dizer a discrepância dentro de alguns sectores chave:

Para os edifícios municipais uma discrepância concretizada e orçamentada de 2 milhões, a educação uma discrepância de um milhão e meio dos centros escolares que já falamos, no ordenamento do território onde se incluem as vias, rede viárias, uma discrepância de 4 milhões, na água e no saneamento uma discrepância de 8 milhões, no sector como um todo, no desporto uma discrepância de um milhão, para um sector que neste caso é bastante significativo. Em concreto na rede viária dois milhões e meio de discrepância entre o orçamentado e o concretizado, e depois, no turismo, apesar que serem 450 mil euros, é realmente significativo tendo em conta o potencial que todos nós dizemos que o turismo tem em Pombal, ao fim ao cabo, fazemos os esforços de promoção.

Eu até deixo uma sugestão, para terminar, de que tendo nós nove vereadores, não sei qual é que vai ser a distribuição dos votos no próximo mandato, mas tenham em consideração o potencial de termos nove vereadores, sem a necessidade de ter nove vereadores a trabalhar a tempo inteiro, e se calhar, nomear um para servir de nosso embaixador para a área económica, para a área do turismo, nós não precisamos de recorrer a mais ninguém, temos potencial e capacidade suficiente em Pombal para fazer o nosso trabalho de promoção no Concelho e, efectivamente, esse poderia ser um sinal dado pelo Senhor Presidente da Câmara.

Portanto, o Partido Socialista por esta discrepância entre o orçamentado e o concretizado, ainda que por factores externos, não pode votar a favor, terá que votar contra."

João Coucelo, que interveio como se segue:

"Como este é o ponto mais importante que temos hoje na nossa reunião, eu queria dizer um pouco daquilo que todos os pombalenses sentem, quando analisam um documento destes.

Eu se estivesse na oposição dizia exatamente o mesmo que o João André Coelho, mas não estou e faço o mesmo tipo de critica do ponto de vista da execução, agora uma coisa é criticar a execução outra coisa é perceber, ou aceitar em parte, ou na maior parte, as razões do baixo grau de execução, que estão devidamente explicitadas.

No início deste documento, no capítulo dos indicadores de gestão, e o grau de execução das GOP's, estão identificados em várias obras as razões da sua não concretização, obras adjudicadas e financiadas.

A Câmara tinha, tal como o João Coelho, eu e todos os membros desta Assembleia Municipal, expetativas muito acima daquilo que foi depois a concretização da execução das obras. Portanto, uma taxa de execução das GOP's de 45,47%, com a saúde financeira e a capacidade de endividamento que uma Câmara como a de Pombal tem, não acontece porque a Câmara não queira fazer obras.

Politicamente, temos que considerar que há fatores externos, não estando a isentar completamente a Câmara de qualquer coisa que tenha corrido menos bem, terá que ser atribuível a fatores externos, também, a não execução que nós todos esperaríamos.

Naturalmente que eu poderia dar aqui um ou dois números, apesar de o Jorge Cordeiro falar nisso mais em pormenor, sobre estas questões, mas, naturalmente, assinalar evidentemente nós não temos uma Câmara que tenha tido uma evolução muito grande nos últimos dois anos, em termos de Receitas de Capital, Despesas de Capital, já em 2011 tínhamos alguma contração, e as receitas correntes e as despesas correntes também se equivalem, relativamente ao ano de 2011. Curiosamente, nas receitas correntes a Câmara tem capacidade de ir buscar cerca de 25% do valor dessas receitas para despesas de capital. Isto significa que, dentro deste equilíbrio financeiro, à parte das opções e prioridades que a Câmara tomou, que com certeza não seriam as



mesmas que o Partido Socialista consideraria as suas mais elegíveis, mas, naturalmente, a Câmara Municipal, apesar de tudo, não teve a execução desejada mas conseguiu, no capítulo das funções sociais, ter uma taxa de execução na ordem dos 65%.

Eu sempre fiz aqui uma crítica e gostava que o Senhor Presidente me ouvisse, porque tal como o João Coelho, eu também acho que no capítulo do saneamento, era tempo de estarmos de uma forma completamente diferente daquilo que estamos. Esta para mim é a área mais preocupante, em termos do investimento autárquico, e penso que é dentro da área social, aquilo que nós temos de resolver, de uma vez por todas, o mais rápido possível.

O Abastecimento de água está com os seus atrasos naturais de dimensão da obra e dos problemas dos empreiteiros que vão surgindo, mas foi uma aposta clara, e o saneamento tem de se demonstrar que também foi uma aposta clara, desta Câmara Municipal.

E evidente que com o equilíbrio financeiro que a Câmara tem, não faz sentido não apelar e não pedir ao Senhor Presidente da Câmara para que, naturalmente, nos dois próximos anos, nós tenhamos um forte investimento no capítulo do saneamento, até porque dentro das obras, o que temos mais são necessidades de saneamento.

As redes viárias vão-se construindo, o abastecimento de água está praticamente concluído, o saneamento é o que está realmente em falta. Isto é a minha opinião pessoal, penso que é partilhada pela bancada na generalidade, mas isto também não nos impede, naturalmente, face aos documentos, de votar favoravelmente este relatório, até porque a Câmara também tem empresas Municipais, e a PMUGEST, aparentemente, tem sido bem gerida, a ponto de o Sr. Vereador Dr. Adelino Mendes ter dito, - e isto é transcrição do Jornal de Leiria -, "o modelo de Pombal deveria ser duplicado, em outros Municípios do país."

Eu felicito o Vereador Adelino Mendes por reconhecer que, apesar de tudo, até no capítulo da gestão das empresas municipais a Câmara de Pombal é uma Câmara que se preocupa com uma boa gestão."

Jorge Cordeiro, que usou da palavra para dizer o seguinte:

"O Dr. João Coucelo foi claro na abordagem a este documento que nos transmite cinco eixos principais e transversais a documentos passados, que são: a leitura do equilíbrio e da saúde financeira do Município, claramente, as candidaturas para obtenção de fundos comunitários para a realização de projectos para o Município, o rigor no pagamento a fornecedores de produtos e serviços, e clara ambição de realização de projectos de forma abrangente e transversal a várias áreas e, claro, uma leitura também correcta daquilo que são os ciclos económicos que vivemos e este é particularmente difícil.

Sobre os graus de execução aqui demonstrados, eu próprio não estou satisfeito, com o grau de execução, sobretudo ao nível das GOP's, mas também e eu aqui faço algum "copy paste" da ideia do Dr. João Coucelo, de facto, a Câmara, com esta saúde financeira, com esta intenção sempre permanente do fazer, claramente, há aqui factores externos, ameaças externas, que impediram uma maior concretização daquilo que estava planeado.

Gostaria aqui de realçar, também, o facto da dívida de curto prazo ter diminuído cerca de 22,12% e aumentado a divida de médio e longo prazo, exactamente por causa do empréstimo para financiar a componente Municipal da obra de abastecimento da água a partir da Mata do Urso.

E eu pego neste tema, exactamente, porque não sendo isto uma obra visível em termos físicos, Senhor Presidente, creio que a sua atitude e do seu executivo, no passado, face à água e às pressões que teve, será, seguramente, um dos maiores legados que nos deixa, não tenho dúvidas nenhumas, e será reconhecido a médio e longo prazo.



Depois, o facto da redução da dívida, em 45%, a fornecedores e empreiteiros, isto também é responsabilidade social, que não é só tirar um sábado de manhã para ir pintar escolas ou instituições, com todo o respeito e com todo o carinho, mas a responsabilidade social é também estar na economia a tempo e horas, com pagamentos atempados, o que significa salários que essas empresas vão pagar aos seus trabalhadores, isso significa permanência no mercado.

Como sabemos a LOE impõe grandes restrições aos Municípios e este Município sempre respeitou e assegurou o cumprimento das limitações a que estava sujeito. Tanto que hoje tem um limite de endividamento negativo, porque o seu ativo aumentou face ao passivo, portanto o Município está a 100% do limite legal do endividamento, sobretudo num cenário de forte contenção orçamental.

É evidente que já aqui se falou, e as justificações estão no documento, mas nunca é demais referir isso, porque há sempre grandes contingências legais e processuais em qualquer processo ou obra, e portanto, isso é um aspecto que condiciona esta execução.

Apesar disso não houve qualquer perda por parte do Município de nenhuma empreitada de nenhum investimento que tenha sido anteriormente contratado, e isso creio que não acontece com alguns Municípios que vêem perder esses financiamentos e esses meios financeiros, exactamente por taxas de execução muito baixas, e o Município de Pombal consegue manter e assegurar tudo aquilo que estava contratado.

É evidente que a aprovação das candidaturas, e falamos aqui de fundos comunitários, fundos de coesão, a questão do tribunal de contas - e obviamente é importante que haja esses rigor no controlo por parte do tribunal de contas que deve ter relativamente a todas a instituições -, os pareceres com que a Câmara se defronta, muitas vezes, do IGESPAR, de várias entidades e que tem de respeitar e, obviamente também, a questão do contencioso, porque hoje em dia as empresas de obras públicas, num cenário em que as mesmas estão a falir, a entrar em insolvência, lutam até à exaustão para garantir as obras, os trabalhos, para que possam sobreviver, e há, efectivamente, muitas reclamações, eu imagino que muitas passem pelo gabinete jurídico e isso muitas vezes significa que o processo volta à estaca zero e tem que ser assim, isso condiciona e é uma ameaça que a Câmara não pode controlar, tendo de cumprir a lei e dar provimento às reclamações, mas que atrasa todas as intenções de execução das obras que tinha previstas.

A execução financeira das obras lançadas em 2011 estão a decorrer e, nesse aspeto, parece-nos que este documento, sendo claro, reflete o trabalho e o rigor com que esta Câmara tem atuado. Não posso deixar de falar também, apesar do Dr. João Coucelo o ter referido e muito bem, na questão da PMUGEST, embora não seja a nossa função comentar comentadores, normalmente as câmaras municipais e as empresas municipais, são alvo fácil para os comentadores dos órgãos de comunicação nacionais, porque coloca-se tudo no mesmo saco, as Câmaras Municipais não funcionam, são um poço de dívidas, as empresas municipais também. É evidente que há exceções e eu lanço daqui o repto, para uma visita a Pombal, para perceberem que aqui se trabalha como deve ser. E nesse aspeto este executivo e a própria PMUGEST estão de parabéns.

E quando se vêem alguns títulos, em que um diz: "Narciso Mota despede-se com 5,8 milhões de euros na conta. Isto é tão mais confortável, é apenas um título, e os critérios jornalísticos, não os comento, com todo o respeito, mas é com satisfação que vemos isto, porque é sempre preferível a estarmos aqui a falar de pré falência, a falar de intervenção da república no Município, a falar de renegociação de dívida.

Esta Câmara não nos tem levado por esse caminho, e tendo em conta que é o ultimo relatório que apreciamos com o Eng.º Narciso Mota enquanto Presidente, e portanto deixa um legado, que não podemos de forma nenhuma esquecer e enaltecer.



Obviamente o meu sentido de voto, e da bancada, em linha com o que disse o Dr. João Coucelo, é da votação favorável a este documento."

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com sete votos contra da bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Não havendo público inscrito para usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:		
O 1.º Secretário:		
A 2.ª Secretária:		